



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE - CCBS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO  
(PPGEC)  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO**

**SONHANDO O SONO:  
ECOTURISMO E PROTAGONISMO COMUNITÁRIO NA PRAIA DO SONO  
(PARATY/RJ)**

**MAYARA ALMADA HORTA JAEGER**

**Rio de Janeiro  
2018**

**Mayara Almada Horta Jaeger**

**Sonhando o Sono:**

**Ecoturismo e protagonismo comunitário na Praia do Sono (Paraty/RJ)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

**Orientador: Prof. Dr. Daniel Fonseca de Andrade**

**Rio de Janeiro  
2018**

Catálogo informatizada pela autora

J22

Jaeger, Mayara Almada Horta

Sonhando o Sono: Ecoturismo e protagonismo comunitário na Praia do Sono (Paraty/RJ) / Mayara Almada Horta Jaeger. -- Rio de Janeiro, 2018.

90

Orientador: Daniel Fonseca de Andrade.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do

1. Ecoturismo. 2. Ciências ambientais. 3. Comunidade caiçara. 4. Turismo de base comunitária.

5. Comunidades tradicionais. I. Andrade, Daniel

**Mayara Almada Horta Jaeger**

**Sonhando o Sono:**

**Ecoturismo e protagonismo comunitário na Praia do Sono (Paraty/RJ)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UNIRIO, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado(a) em: 18 de dezembro de 2018.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Daniel Fonseca de Andrade (orientador)

---

Profª Drª Alba Simon (PPGEC/UNIRIO)

---

Profª Drª Lúcia Cavalieri (UFF)

## **Resumo:**

A Praia do Sono é uma área natural protegida, território de uma comunidade tradicional caiçara, localizada na Península da Juatinga, em Paraty, Rio de Janeiro. Os povos e comunidades tradicionais possuem, historicamente, valores de cuidado com a natureza e relações socioambientais diferentes das sociedades urbanas ocidentais. Essas comunidades, em geral, sofrem duramente os impactos negativos dos avanços do modelo de desenvolvimento hegemônico e são esses modos de vida que vêm sendo desconsiderado pela visão dominante. A Praia do Sono representa um nítido exemplo de localidade com comunidade tradicional em contato crescente com o processo de globalização. A comunidade do Sono já enfrentou e ainda enfrenta diversos conflitos e ameaças, envolvendo disputas pela posse e uso da terra, o turismo, a especulação imobiliária e as unidades de conservação. No entanto, hoje, o turismo é uma realidade na praia e é uma grande fonte de renda para a população local. Tem se mostrado como um caminho viável para a conservação da sociobiodiversidade. Acredita-se que a invisibilidade construída sobre essa população deva se transformar em uma narrativa emergente e que o ecoturismo é uma possibilidade de caminho real para isso. O presente trabalho pretende colaborar para a construção e divulgação de conhecimentos sobre o turismo e a organização comunitária na Praia do Sono. O protagonismo dos povos e comunidades tradicionais, a conservação ambiental e o fortalecimento da consciência ambiental são elementos que permeiam a pesquisa. Por isso, o presente trabalho, aborda relações entre a comunidade caiçara, ecoturismo, turismo de base comunitária, organização comunitária, ciências ambientais e narrativas emergentes. Considero que o ecoturismo pode ser uma forma de se valorizar a cultura caiçara e os modos de vida tradicionais; de denunciar os conflitos e fortalecer a comunidade. Além disso, consiste em uma possibilidade de manter viva a lógica do cuidado. Pode colaborar para a mudança de percepção ambiental da parcela urbana que frequenta a praia e contribuir para o fortalecimento de outra narrativa de mundo.

**Palavras-chave:** Ecoturismo. Ciências ambientais. Comunidade caiçara. Turismo de base comunitária. Comunidades tradicionais.

## **Abstract:**

Sono Beach (Praia do Sono in Portuguese) is a protected natural area, territory of a traditional community, a caiçara community, located on the Juatinga Peninsula, in Paraty, Rio de Janeiro. Traditional peoples and communities have historically kept values of environmental care and a different socio-environmental relation compared to western urban societies. These communities, in general, are harshly affected by the negative impacts of the hegemonic development model advances, and it is these types of lifestyles that are disregarded by the dominant view. Sono Beach represents a clear example of a locality with a traditional community in growing contact with the globalization process. The Sono community has faced and still faces various conflicts and threats, involving disputes over land tenure and use, tourism, real estate speculation and conservation units. However, tourism today is a reality on the beach and is a great source of income for the local population. It has been shown as a viable path for the conservation of socio-biodiversity. It is believed that the invisibility built on this population should become an emerging narrative and that ecotourism is a real possibility for this. The present work intends to collaborate for the construction and dissemination of knowledge about tourism and community organization in Sono Beach. The protagonism of traditional community, environmental conservation and the strengthening of environmental awareness are elements that permeate this research. Therefore, in this work, I point out relationships between the themes: caiçara community; ecotourism; community organization; environmental sciences and emerging narratives. I believe that ecotourism can be a way of valuing caiçara culture and traditional ways of life; denouncing conflicts and strengthening the community. In addition, it is a possibility to keep alive the logic of environmental care. It can contribute to the change of environmental perception of the urban portion that frequents the beach and contribute to the strengthening of another world narrative.

**Keywords:** Ecotourism. Environmental Sciences. Caiçara community. Community based tourism. Traditional communities.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1 Por que estar aqui? Justificando a presença.....	10
1.2 Apresentação da pesquisa, dos caiçaras e do Sono.....	15
1.3 O caminho até aqui: concebendo a idéia.....	17
1.4 Objetivos e aplicações da pesquisa.....	20
<b>2. OLHARES DA LITERATURA: A PRAIA DO SONO E SEUS CAIÇARAS.....</b>	<b>21</b>
2.1 Histórico, gestão, participação e conflitos.....	21
2.2 Os turismos e os ecos .....	30
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>39</b>
3.1 Fundamentando a pesquisa.....	39
3.2 Ciclo de Pesquisa.....	42
3.3 Técnicas adotadas.....	43
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>47</b>
4.1 Re-Colocando os pés na terra: A mente vai onde os pés pisam.....	47
4.2 As sete experiências em campo.....	49
4.3 Ecologias de esperança.....	67
4.4 As organizações e conquistas emergentes .....	68
4.5 Tecendo percepções.....	72
4.6 Sonhar para realizar: Ecoturismo na Praia do Sono.....	74
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>77</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
ANEXO.....	88

## **Dedicatória:**

Este trabalho é um esforço que se soma a muitos outros.

Portanto, o dedico aos que vieram antes e aos que seguirão adiante.

É dedicado à luta dos povos originários e tradicionais.

Aos povos da floresta e dos mares.

É dedicado à vida dos povos caiçaras.

É dedicado à Praia do Sono e seus moradores.

## **Agradecimentos:**

Sinto-me profundamente agradecida pela conclusão de mais essa etapa. Um ciclo de aprendizados, de expansão de consciência, de criação e fortalecimento de fios de uma mesma teia de contatos e esforços.

Agradeço à UNIRIO que me formou cientista ambiental e agora mestre.

Agradeço à minha família por ser minha primeira rede de apoio desde sempre.

Agradeço ao corpo docente e discente do PPGEC, por fazermos sentido coletivamente, por dedicarmos atenção ao mesmo trecho do caminho, plantando nele mudas de esperanças ecoturísticas e conservacionistas.

Agradeço à Professora Laura, pela sua insistência de sonhar projetos e acreditar neles.

Agradeço à Tainá que, mesmo sem saber, me inspirou o início desse mergulho.

Agradeço ao meu orientador Daniel, pela verdade com que encara seu trabalho, por me escolher e acolher nessa trajetória e por incluir mais *natureza* nas minhas palavras.

Agradeço às professoras que compõem a banca por convergirem suas trajetórias nesse ponto. À Alba agradeço pelo suporte na caminhada.

Agradeço à Luiza, à Luana e à Joana, três grandes mulheres e professoras, pela companhia e aprendizado.

Agradeço ao Pedro, meu companheiro de muitas viagens. Com você a trilha fica bem melhor e o verde ainda mais vivo.

Agradeço ao Jayme pela acolhida no Sono e pelas leituras de Manoel de Barros.

Agradeço à Janete e ao Vidal pelas conversas na praia e pelo bolo de cenoura.

Agradeço ao Claudinho e à Ana por serem para mim gentis amigos.

Agradeço ao Jadson, incansável em sua luta. Siga firme e sorridente, e agradeça aos seus pais por mim.

Agradeço à natureza por estar comigo em cada momento, na exuberância da mata atlântica, no sal e no som das ondas, no sabor das pitangas, no vento que bate na beira da praia e na areia sob os pés, me ensinando e me cuidando.

## Epígrafe:

“Seu rosto tinha um lado de ave.  
Por isso ele podia conhecer todos os pássaros do mundo pelo coração de seus cantos.

Estudara nos livros demais.  
Porém aprendia melhor no ver, no ouvir, no pegar, no provar e no cheirar.  
Chegou por vezes de alcançar o sotaque de suas origens.  
Se admirava de como um grilo sozinho, um só pequeno grilo, podia desmontar os silêncios de uma noite!”

•

“Dou respeito às coisas desimportantes... E aos seres desimportantes.  
Prezo insetos mais que aviões  
E a velocidade das tartarugas mais que a dos mísseis.  
Tenho em mim um atraso de nascença  
Fui aparelhado para gostar de passarinhos”

•

Manoel de Barros

## **1. Introdução**

### **1.1. Por que estar aqui? Justificando a presença**

Estamos em um momento crítico na Terra, caminhamos a passos largos em um avassalador ritmo predador da vida em seus diferentes níveis. Habitamos o planeta há milhares de anos, no entanto, o estado atual da vida na Terra se encontra relacionado a atividades desenvolvidas em tempos bastante recentes. Foi a partir da revolução industrial, da utilização massiva de combustíveis fósseis, e, principalmente, nas últimas décadas, onde temos a chamada “Grande Aceleração”, com aumento vertiginoso em praticamente todas as curvas dentro da problemática ambiental (como emissão e concentração de gases, temperaturas, etc.) que esse cenário começou a mudar drasticamente. A comunidade científica, ao longo dos anos, traçou um diagnóstico que possibilitou visualizar o tamanho dos impactos antrópicos, de dimensão tal qual de outras eras geológicas, a ponto de indicar a denominação de uma nova. Uma era geológica indicada como Antropoceno, marcada pelas inconsequentes ações humanas ligadas ao modelo hegemônico de desenvolvimento (STEFFEN et al, 2015).

Enfrentamos crises em nível ambiental, social, econômico, e dos valores humanos em diversos aspectos (LEFF, 2004; LOWY, 2013). Enquanto sociedade tendemos a analisar essas várias crises de forma isolada, mas quando entendemos conceitos de interdependência e complexidade, podemos buscar as raízes comuns a esses fatores, que se emaranham em uma mesma teia de significados, compreendendo-os como uma crise geral de civilização (LEFF, 2001, 2004; LOWY, 2013).

No entanto, ao falarmos de crise de civilização, ou de sociedade, devemos necessariamente pautar qual civilização é essa. Lowy (2013) define como a civilização capitalista industrial moderna. Podemos também entender como o modelo ocidental de sociedade (SANTOS, 2002).

Michael Lowy entende a crise econômica e a crise ecológica enquanto elementos interligados que resultam de um mesmo fenômeno: “um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria, e que não conhece outro critério que não seja a expansão dos negócios e a acumulação de lucros” (LOWY, 2013, p. 79) Existe, segundo o autor, uma

contradição intrínseca entre as dinâmicas da expansão ilimitada do capital e da acumulação de lucros e a preservação do meio ambiente.

Dessa mesma forma, a objetificação da natureza se estende, também, aos demais seres vivos, desumanizando as relações e refletindo diretamente em crise social, de desigualdades gritantes, e na distorção dos valores (socioculturais) da vida. Ou seja, constituindo uma axiologia distorcida, que dá mais valor às coisas do que aos seres.

Esse modelo ocidental de desenvolvimento funciona como uma axiologia dominante no mundo. Apóia-se na dicotomia entre “desenvolvido e não-desenvolvido”, entre evoluído e atrasado, inferior e superior além de outras, no consumo em massa, na exploração da natureza pelo homem e dos seres humanos uns pelos outros - em seus recortes de gênero, étnico-raciais, de religião e de classe, principalmente (SANTOS, 2002; ALIER, 2007). Indo além, penso que essa visão, adotada em escala global, representa uma visão ocidental, capitalista, alienante, desconectada e patriarcal (CAPRA, 1983), que se sobrepõe às demais visões de mundo.

Boaventura de Sousa Santos (2002) entende que existe em curso um processo de domínio de um tipo de racionalidade em detrimento das demais. É o que chama de uma razão indolente e metonímica, em que uma parte da realidade representa o todo possível, e assim impõe a verdade. Uma razão que não aceita que a compreensão de mundo vai muito além do que apenas a concepção ocidental do mundo.

Segundo Santos (2002) a razão metonímica desqualifica outras verdades tornando-as inexistentes, e essa não-existência deriva de algumas lógicas. A primeira delas é a lógica da monocultura do saber, baseada na ciência moderna e nos padrões culturais determinados, onde tudo que não se encaixa nesse formato é considerado um não saber.

A segunda é a lógica da monocultura do tempo linear. Essa é uma visão que contrai o presente, como se fosse uma história única que está sendo contada (sem dar espaço a outras histórias) e que julga o diferente como atrasado. Além disso, expande o futuro como continuação linear dessa mesma história. Como se o fim já estivesse escrito (2002). Por isso, faz-se acreditar que só exista essa realidade determinada.

Outras lógicas que promovem não-existência são a lógica da escala dominante (que julga como importante apenas o que pode ser aplicado globalmente, e dispensa a particularidade e importância local), a lógica produtivista (capitalista) e a lógica da classificação social, que cria uma hierarquia imutável entre as pessoas (como por raça ou sexo) (SANTOS, 2002).

Santos (2002) acredita, no entanto, que estamos em um período de transição, onde essa razão indolente, apesar de dominante, é bastante desacreditada e contestada ao redor do mundo. Eu também acredito. Ouvi, há alguns anos, que *crise* e *oportunidade* são dois aspectos do mesmo ideograma chinês. Desde então, me ponho a pensar sobre isso. Também prefiro acreditar que seja assim. Porque o que estamos vivendo não apresenta um cenário bonito de futuro. Acredito que em meio ao caos, exista também uma oportunidade de revolucionar. Se o caos faz parte da vida, então que aprendamos a lidar com ele e fazer brotar flores do asfalto. Ou melhor, que aprendamos a ver onde estão as sementes que já germinam.

A riqueza social no mundo é muito mais vasta do que dita o modelo. Muitas culturas existem e resistem, consistindo assim em opções reais ao que está posto. No entanto, essas vozes estão sendo caladas, invisibilizadas. Ou seja, estamos desperdiçando o presente, fazendo com que se ignorem as oportunidades de transformação existentes, em detrimento de uma construção de futuro pré-estabelecido. Santos sugere a necessidade de uma racionalidade que vá na direção inversa, é o que chama de uma *sociologia das ausências* (2002), expandindo o presente, para criar tempo-espço de valorizar as experiências sociais existentes, antes que sejam engolidas pela hegemonia.

Para que as experiências produzidas como ausentes sejam consideradas alternativas credíveis às experiências hegemônicas, é preciso transformar as ausências em presenças (SANTOS, 2002). Para torná-las visíveis, é preciso, além de criticar a racionalidade ocidental dominante, acreditar que existem modelos diferentes de racionalidade (idem).

O autor sugere para tal a necessidade de uma ecologia de saberes. Defendendo que não há um saber geral, superior aos demais. Os conhecimentos não-científicos-ocidentais devem ser reconhecidos não como alternativas, uma vez que a palavra alternativa pode sugerir subalternidade a algo que já está posto, mas como outras formas de ver o mundo.

Sugere diferentes ecologias em contraponto às lógicas excludentes já citadas. São elas, respectivamente: a ecologia das temporalidades, dilatando o presente e fazendo com que diversas realidades coexistam enquanto contemporâneas; a ecologia das trans-escalas, valorizando as iniciativas locais e não globalizadas; a ecologia da produtividade, através de modos não capitalistas, como cooperativas e outros sistemas alternativos de produção; e a ecologia dos reconhecimentos, que confronta diretamente a colonialidade e as diferenças sociais hierarquizadas.

Assim sugere também a *sociologia das emergências* (2002), que o autor define como a “investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas” (SANTOS, 2002, p. 256). Essa é uma ampliação simbólica do presente, uma forma de “imaginação sociológica”, que tem por objetivo “conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança” e definir princípios de ação para que se atinja a sua realização (SANTOS, 2002, p.256).

Propõe a substituição da axiologia do progresso pela axiologia do cuidado. Dessa forma, a sociologia das emergências pretende substituir o longo futuro vazio estabelecido pela lógica do tempo linear por um futuro amplo “de possibilidade plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado” (p. 254).

Podemos fazer um paralelo com o que seria para Leff (2000) a cultura ecológica, que se inscreve num “processo de ressignificação do mundo atual”, uma “utopia que mobiliza a ação social e reorienta a organização política para a construção de uma nova racionalidade produtiva e de um projeto alternativo de civilização” (p. 254-255).

Dessa forma, concordamos que o futuro depende dos cuidados do aqui e do agora. É no presente que se moldam os rumos do futuro. Santos continua dizendo que: “A possibilidade de um futuro melhor não está, assim, num futuro distante, mas na reinvenção do presente, ampliado pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências e tornado coerente pelo trabalho de tradução” (SANTOS, 2002, p. 274). A tradução, portanto, é empregada no sentido de se fazer entender a diversidade de realidades existentes para além da hegemonia.

O trabalho de tradução, segundo o autor, é, ao mesmo tempo, um trabalho intelectual, político e também emocional. Ele permite “criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas

pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências” (SANTOS, 2002, p. 262), através da dilatação do presente.

A tradução é um processo que pode ocorrer entre saberes hegemônicos e não-hegemônicos ou pode ocorrer entre diferentes saberes não-hegemônicos, sendo esse segundo tipo um caminho para se construir uma contra-hegemonia (SANTOS, 2002). A comunicação, com entendimento, entre diferentes esses grupos não-hegemonicos consiste em uma força insurgente, que pode balançar estruturas vigentes. A presente pesquisa pretende somar esforços nessa tarefa de tradução, a partir das experiências vivenciadas e observadas. Segundo seu propositor:

O objectivo do trabalho de tradução é criar constelações de saberes e de práticas suficientemente fortes para fornecer alternativas credíveis ao que hoje se designa por globalização neoliberal [...] O trabalho de tradução cria as condições para emancipações sociais concretas de grupos sociais concretos num presente cuja injustiça é legitimada com base num maciço desperdício de experiência [...] O tipo de transformação social que a partir dele pode construir-se exige que as constelações de sentido criadas pelo trabalho de tradução se transformem em práticas transformadoras. (SANTOS, 2002, p.274)

Para caminhar no sentido da consolidação de uma axiologia do cuidado (SANTOS, 2002) e de uma cultura ecológica (LEFF, 2000), é preciso seguir o caminho contrário ao do crescimento exponencial proposto pela lógica produtivista que se entende hoje como desenvolvimento. Precisamos, enquanto humanidade, voltar a ouvir - e falar - a linguagem da natureza, internalizando seu funcionamento cíclico e interligado (CAPRA, 2006).

Nesse sentido, é importante fortalecer os valores de cuidado com a natureza, como tem sido os característicos das populações e comunidades tradicionais historicamente (DIEGUES, 2000). Essas comunidades, em geral, sofrem duramente os impactos negativos dos avanços do modelo de desenvolvimento (ALIER, 2007; SOUZA, 2017) e é esse tipo de modo de vida que vem sendo “apagado” pela visão dominante de mundo, são as ausências construídas de Santos (2002).

Os povos originários e comunidades tradicionais são grupos muito variados que estão presentes ao redor do globo. O Brasil é um país que conta com uma grande diversidade desses grupos, como as diversas etnias indígenas, os quilombolas, os caiçaras, seringueiros e demais extrativistas, povos e comunidades de terreiro e matriz africana, os povos ciganos, pescadores artesanais, ribeirinhos

benzedeiros, raizeiros; geraizeiros, entre outros. (BRASIL, 2016a). Compreende-se, legalmente, por Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil:

[G]rupos culturalmente diferenciados e que assim se reconhecem, que possuem formas próprias de organização social e que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Reconhecer a existência ativa dessas pessoas e ouvir sua fala, sem que sejam silenciadas e engolidas pela máquina hegemônica, significa reconhecer a sociologia das ausências e das emergências (SANTOS, 2002). Valorizar modos de vida tradicionais é uma possibilidade de manter viva a lógica do cuidado e da integração ao ambiente e fortalecer tais comunidades.

## **1.2 Apresentação da pesquisa, dos caiçaras e do Sono**

As comunidades caiçaras são um exemplo de população tradicional. São comunidades litorâneas, basicamente da região sudeste do Brasil, que historicamente mantiveram sua cultura através da pesca artesanal e da roça, com sua formação derivando de miscigenação entre povos indígenas, principalmente os Tupinambás, negros africanos que vieram escravizados e europeus (SOARES, 2016).

A identidade caiçara está imediatamente associada à vida à beira-mar, e é dele muito dependente, mas é também muito ligada à terra, à plantação, com técnicas de cultivo indígena, bem como à caça e ao conhecimento em geral da fauna e flora sudeste do Brasil, a mata atlântica (ADAMS, 2000; 2002; SOARES, 2016). No entanto, a cultura identitária de uma população se trata de uma complexidade muito maior, que mistura elementos variados dos povos já citados, como também de outros, como os imigrantes japoneses que trouxeram a técnica de pesca do cerco (ADAMS 2002; SOARES, 2016) mais recentemente. Destacam-se como elementos ligados à cultura caiçara a forte relação com o local onde vivem e com as atividades que realizam, fortes traços da descendência indígena como são os valores que possuem de conservação da natureza (MONGE, 2012; SOARES, 2016).

Para se entender a realidade das comunidades caiçaras, segundo Adams (2002), é preciso abarcar também sua *etnohistória*, que traz a memória social dos

caiçaras. É preciso considerar o contexto histórico das populações e da região de Paraty, relacionada aos ciclos do café e do ouro, e aos altos e baixos do mercado internacional.

Seguindo-se nesse panorama histórico, ainda segundo Adams (2002), entre os anos 1930-50, a introdução dos barcos a motor e da técnica do cerco por parte de pescadores japoneses consistiu um fator importante na mudança de hábitos nas comunidades, originando um certo grau de abandono das atividades agrícolas. Cavalieri (2003), no entanto, aponta que esse processo de diminuição do cultivo caiçara deva-se também aos conflitos fundiários que ocorreram nas comunidades nas décadas seguintes, como será apresentado aqui.

Com o aumento do contato com a “modernidade” e do turismo na região, as atividades nas comunidades também começaram a mudar e se adaptar a novas realidades, nos aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais (BURSZTYN et al., 2008), como tem sido no Sono nas últimas décadas (LIMA, et al., 2009).

A Praia do Sono é uma localidade habitada por população tradicional caiçara, localizada na Península da Juatinga, na porção sul do município de Paraty, no estado do Rio de Janeiro. A região de Paraty, bem como a Praia do Sono, representa bem o contexto de uma complexidade de interesses socioambientais distintos e conflituosos envolvendo as comunidades tradicionais (que se encontram em uma posição de vulnerabilidade), as unidades de conservação, a demarcação do território, a pesca artesanal, a especulação imobiliária, o crescimento do turismo, entre outros (CAVALIERI, 2003; OLIVEIRA, 2005; BURSZTYN et al, 2008; SANTIAGO, 2016; SOUZA, 2017)

Muito já tem sido estudado sobre a cultura caiçara, a região de Paraty e suas diversas comunidades (CAMARGO, 2013; CAVALIERI, 2003; OLIVEIRA, 2005; SOARES, 2016; SOUZA, 2017). Dessa forma, também já existem produções relevantes sobre a Praia do Sono e sua população (BURSZTYN et al, 2008; LIMA et al, 2009; LTDS, 2009; BALLABIO, 2010). Sua história, portanto, passa a não ser mais tão ausente ao menos no meio acadêmico. No entanto, mesmo que essa voz já não seja totalmente silenciada, ainda urge sua emergência dentro do contexto sociopolítico.

A presente pesquisa caminha no mesmo sentido, de valorizar e amplificar as vozes e conhecimentos desprezados pela ciência clássica, como os conhecimentos

tradicionais populares, a “ciência popular” ou “ciência do homem comum”, como traz Borda (1999, P. 43), e os conhecimentos empíricos, que dialogam com as realidades. Mas busca também o olhar para frente, para os anseios e as possibilidades de futuro. Direciona-se a conhecer melhor as condições de possibilidade de esperança, de acordo com a sociologia das emergências de Boaventura de Souza Santos (2002).

Afinal, a visão caiçara de mundo representa uma narrativa diferente da colonizadora, apesar de receber também influência dela. Entende-se aqui que o contato entre culturas é inevitável e pode ser benéfico quando não exista uma posição hierárquica entre elas.

Hoje o turismo na Praia do Sono é uma realidade. E se o amanhã se faz a partir do agora, então o turismo é também um elemento que deve ser analisado como parte da construção do futuro. Neste contexto, o ecoturismo pode ser uma forma de se valorizar a cultura caiçara, de denunciar os problemas e ameaças que sofrem e pode ser um elemento estopim para a mudança de percepção ambiental da parcela urbana que frequenta a localidade em questão.

Destaco que, para tal, é preciso uma comunidade forte. Isso significa, com senso comunitário e de identidade. A organização e o protagonismo comunitários são elementos de interesse que permeiam esse trabalho.

Nesse sentido, acredito bastante na possibilidade de fortalecimento dos laços entre cientistas ambientais e o desenvolvimento de um ecoturismo que integre a promoção da qualidade de vida da população com o funcionamento saudável dos ecossistemas em que estão inseridas, contribuindo para o fortalecimento de outra narrativa de mundo, abarcando as necessidades da comunidade e do ecossistema da Praia do Sono como um todo.

### **1.3 O Caminho até aqui: concebendo a idéia**

Praia do Sono. O seu nome, segundo o que alguns dos caiçaras moradores da praia contam, foi atribuído pelo fato de que lá o Sol demora a nascer e se põe cedo (por conta do relevo ao redor), aumentando a noite e proporcionando, assim, uma boa (e bela) noite de sono. É por meio do sono que descansamos corpo, mente e espírito e também que sonhamos. Em italiano, *sono* significa “sou”, do verbo ser. E

a praia é; por si só e por toda a comunidade que nela vive. *Ser e sonhar*, que belos verbos para acompanhar essa escrita.

A primeira vez que estive na Praia do Sono, que fica em Paraty (RJ), foi em julho de 2012, quando as universidades federais estavam em greve, para refrescar um pouco das lutas que pautávamos na cidade. Algo naquele lugar me cativou fortemente. Retornei naquele mesmo ano em um feriado chuvoso de novembro (quando a praia estava vazia) e depois para o ano novo (quando a praia estava muito cheia). Uma praia linda e extensa por onde caminhar, com grandes árvores, para sentar sob suas sombras e desfrutar da brisa do mar sorrindo com as crianças que brincavam na praia. Uma comunidade caiçara que nos recebia com aquela força de ser dos caiçaras, com rostos marcados pelo sol e sal, e sorrisos, não tão fáceis, mas verdadeiros. O encontro com visitantes simpáticos e simples, outros viajantes de mundos.

Por motivos da vida urbana, acadêmica e militante, acabei passando cerca de dois anos afastada dessa praia, mas sempre em minhas conversas, comentava com brilho e saudade no olhar, sobre a Praia do Sono e sua comunidade. Voltei em janeiro de 2015. Foi paixão à quarta vista. Estava indo fazer uma viagem para outro lugar, com vontade de conhecer mais preciosidades naturais e humanas desse nosso Brasil. No entanto, perdi o voo e acabei indo para a Praia do Sono. E ir para o Sono era exatamente o que eu precisava. Naquele momento, mais do que estar feliz, eu estava muito grata àquela praia e comunidade por revigorarem meu coração na medida que ele precisava. Um respiro e agradecimento.

Voltei à praia em março de 2016, quando tive a oportunidade de conhecer também a comunidade vizinha, em Ponta Negra, que fica um pouco depois da Praia do Sono, onde acontecia uma mostra de cinema ao ar livre, a Mostra Maré Cheia de Cinema. Logo depois, no mês seguinte, tivemos o IV Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Ambientais que aconteceu na UFF (Universidade Federal Fluminense), com a vivência de campo na comunidade de Tarituba, praia também de Paraty. Apesar de ser uma cientista ambiental recém-formada, fui ao encontro. Percebi como mesmo um grupo de cientistas ambientais (ainda que em formação) pode ter um comportamento muito desconexo dos hábitos da comunidade onde se propõe a ir. E me percebi, talvez tenha sido uma das primeiras vezes, enquanto turista naquelas praias.

A combinação de duas idas à Paraty, em tão pouco tempo, me fez perceber que eu realmente gostava daquela região, e que eu queria fazer algo por ela, já que ela fazia tanto por mim internamente. Foi lá, então, que novamente senti a força daquela terra, e daquele mar, que me vinham como chamado. Um chamado que me fazia despertar a vontade de saber como é a realidade para além do olhar de turista, que é um visitante naquela localidade que, portanto, vê apenas uma parte da realidade. Foi, talvez, a hora de perceber que nem tudo são flores no “paraíso”, a vida não é só o romantismo inicial, mas possui carências e lutas diárias. Conhecia já alguns dos conflitos presentes na região, derivados do nosso modelo de desenvolvimento, e reconhecia alguns problemas e desafios, mas queria mais. Queria entender melhor como era o olhar caíçara diante daquilo tudo e do mundo. Queria entender como eu poderia somar minha atuação dentro desse universo.

Nunca havia me imaginado estudando ou trabalhando com o turismo, também em minha trajetória ainda não tinha me debruçado consistentemente às populações tradicionais. Meu histórico de pesquisa e militância sempre tendeu mais às questões ambientais urbanas, junto à busca da garantia ao direito à cidade e da justiça socioambiental, onde eu pretendia continuar atuando. No entanto, as fronteiras do capital avançam, levando os problemas referentes aos grandes centros urbanos para outras localidades, - através da especulação imobiliária, da instalação de grandes empreendimentos e muitas vezes através de um turismo predatório-potencializando a desigualdade social e a degradação ambiental. As ameaças dessa expansão do capital sobre a natureza, sobre as unidades de conservação e sobre seus povos me são muito sensíveis. Principalmente em se tratando dos territórios que conheci.

Foi nesse contexto que escolhi me aventurar no processo de seleção de um mestrado que iria iniciar na UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) -onde também cursei a graduação, na primeira turma das Ciências Ambientais - o Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação (PPGEC).

Meu projeto inicial visava abarcar a duas comunidades, da Praia dono e também de Ponta Negra, se limitando posteriormente à primeira. Não posso dizer que meu projeto inicial tenha sido meticulosamente estudado e elaborado, foi mais como um sonho colocado em papel e palavras. Um sopro de vontade e esperança

que foi acolhido pelo programa e pelo meu orientador, que me ajudou a tirar a angústia do peito, extrapolar o sonho da cabeça e estruturar um projeto, sem pretensões de salvar o mundo sozinho, mas com a humildade de aprender, com pé no chão e olho no olho, a cada dia.

E é assim que quero seguir, coletivizando e potencializando sonhos. Sou mais uma que se soma à corrente de fortalecimento e cuidado com a natureza e uns com os outros. A fim de ouvir, acompanhar e ecoá-los.

#### **1.4 Objetivos e aplicações da pesquisa**

Em conformidade com as discussões promovidas pelo Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da UNIRIO, este trabalho pretende analisar as relações entre: comunidade caiçara, ecoturismo, conservação, protagonismo e organização comunitária, e narrativas emergentes.

O presente trabalho tem como objetivo geral:

- Colaborar para a construção de conhecimentos sobre a organização comunitária caiçara e as atividades turísticas na Praia do Sono.

Possui como objetivos específicos:

- Reconhecer elementos da cultura caiçara e do ecoturismo na Praia do Sono que representem as condições de possibilidade de esperança, de acordo com a proposta da sociologia das emergências (SANTOS, 2002).
- Investigar os rumos que a população caiçara vislumbra para o turismo que ocorre na praia.

Que meu trabalho possa servir como mais uma forma de fortalecer a ligação entre a instituição acadêmica e a comunidade tradicional. Acredito que é uma forma de continuar colocando a universidade à disposição desses grupos. Até o presente momento, tenho reparado que questões apontadas há alguns anos através de produções e atividades acadêmicas na região estão rumando para soluções por ajuda também dessas parcerias entre academia e as comunidades tradicionais.

## **2. OLHARES DA LITERATURA: A PRAIA DO SONO E SEUS CAIÇARAS**

## **2.1 Histórico, gestão, participação e conflitos**

A Praia do Sono é uma localidade natural protegida habitada por população tradicional caiçara, localizada na Península da Juatinga, na porção sul do município de Paraty, Rio de Janeiro. A comunidade, atualmente, conta com aproximadamente 300 moradores (SOUZA, 2017).

A área da praia está inserida em duas Unidades de Conservação (UC): faz parte da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REJ), que, por sua vez, está inserida em outra unidade, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Cairuçu. Existe, portanto, uma sobreposição de unidades de conservação, com diferentes níveis de restrições ambientais, uma vez que a Reserva Ecológica é mais restritiva do que a APA. As unidades de conservação possuem também diferentes órgãos gestores. Esses aspectos de sobreposição acarretam dificuldades práticas e lacunas de gestão em decorrência de conflitos entre as diferentes entidades gestoras, que atuam sobre um mesmo local (CAVALIERI, 2003). A APA do Cairuçu é gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a REJ pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) (SOUZA, 2017). Além disso, a praia também está dentro da área do Mosaico Bocaina, que engloba diferentes UCs federais, estaduais e municipais de Rio de Janeiro e São Paulo, como a APA do Cairuçu.

A APA do Cairuçu foi criada pelo Decreto N° 89.242, de dezembro de 1983 (BRASIL, 1983), com o objetivo de assegurar a proteção do ambiente natural (que abriga espécies raras e ameaçadas de extinção), dos sistemas hidrológicos e das comunidades caiçaras ali integradas. Suas delimitações foram alteradas pelo decreto N°8.775 de maio de 2016 (BRASIL, 2016b) que decreta que a APA Cairuçu teria o seu zoneamento e normas gerais definidos pelo seu plano de manejo (de forma compatível com os objetivos de conservação ambiental referentes à sua categoria).

O plano de manejo é o documento técnico relativo a UC no qual se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais (BRASIL, 2000), deve trazer indicado em seu zoneamento as atividades que deverão ser estimuladas e aquelas que deverão ser restringidas ou proibidas. Ainda de acordo com o decreto N°8.775 (BRASIL, 2016b), o Instituto Chico Mendes pode firmar convênios com órgãos e entidades públicos ou privados, e o Conselho da APA Cairuçu (CONAPA), que é composto por setores do poder

público e da sociedade civil, para cumprir os objetivos previstos para o plano de manejo.

A revisão do Plano de Manejo da APA Cairuçu foi recém aprovado, através da Portaria nº 533, de 24 de maio de 2018 pelo ICMBio (ICMBIO, 2018). O plano de manejo também tem como premissa divulgar as medidas previstas pelo órgão ambiental para esclarecer a comunidade local sobre a APA Cairuçu além de contar com a participação das comunidades locais no decorrer do seu processo de elaboração (BRASIL, 2000; ICMBIO, 2018). A APA conta com um modelo de gestão participativa, atuando principalmente através do conselho gestor da unidade, que é constituído de câmaras temáticas e grupos de trabalho, compostos por poder público, comunitários, instituições de pesquisa, entre outros (ICMBIO, 2018). Na recente revisão, o Plano destaca, acerca dos impactos de visitação que “[o] ordenamento do turismo é objeto de planejamento específico da APA Cairuçu, com ênfase na promoção do turismo de base comunitária.” (ICMBIO, 2018, p.14).

A REJ foi criada através do Decreto Estadual nº 17.981 de 1992 (RIO DE JANEIRO, 1992) com o intuito de aliar os princípios da conservação da natureza e das populações tradicionais locais. Apesar de seu decreto de criação focar em preservação do ecossistema, ele foi sancionado apoiando-se na Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981) e na Lei Estadual nº 1859 de outubro de 1991 que autoriza o poder executivo a criar a Reserva Ecológica da Juatinga, declarada *non edificandi*, ficando preservadas as áreas tradicionalmente ocupadas pelas comunidades caiçaras (RIO DE JANEIRO, 1991).

O decreto estadual de criação atribui ao Poder Executivo encarregar-se das respectivas regularizações fundiárias e zelar pela preservação do ecossistema da Reserva, bem como apoiar e orientar as comunidades locais neste sentido (RIO DE JANEIRO, 1992). A área da reserva fica delimitada, de um lado, pelo Saco do Mamanguá, pelos fundos, por uma linha imaginária, do Canto Bravo da Praia do Sono (compreendendo toda a comunidade) e nos outros pelo mar aberto (RIO DE JANEIRO, 1992).

A Reserva Estadual da Juatinga, no entanto, passa por um longo processo de recategorização (CAVALIERI, 2003) para se adequar à legislação vigente sobre Unidades de Conservação, uma vez que não é uma categoria válida dentro do atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC (BRASIL, 2000). O

processo de recategorização que está em curso é muito importante e pode ser decisiva para o futuro da área e das comunidades locais.

Dentro da REJ existem diversos núcleos de populações tradicionais. São eles: Sono, Ponta Negra, Cairuçu das Pedras, Saco das Anchovas, Martim de Sá, Sumaca, Ponta da Juatinga, Saco da Sardinha, Saco Claro, Pouso da Cajaíba, Ipanema, Galheta, Calhaus, Itaoca, Praia Grande da Cajaíba, Praia da Deserta, Cadeia Velha e Ponta da Romana (SOUZA, 2017). Essas comunidades já tiveram seu sustento apoiado basicamente na pesca artesanal e na roça, contando também com a caça nas matas, e possuem uma relação histórica de parentesco e econômica umas com as outras (SOARES, 2016; SOUZA, 2017).

A partir da década de 1950 e mais forte a partir da década de 60, segundo Adams (2002), já existe um processo de especulação da terra por conta do turismo e da urbanização e destaca que esse processo aliado a criação de UC's restritivas, na década de 80, resulta em uma mudança de estratégias de sobrevivência pelas populações caiçaras, refletidas na migração para a pesca comercial e para o setor de serviços.

As restrições ambientais estão diretamente associadas a impactos culturais, uma vez que esses povos têm sua cultura emaranhada aos elementos naturais, como a utilização de grandes troncos de árvores para construir canoas, por exemplo (BALLABIO, 2010). Dessa forma, as normas referentes às UCs podem contribuir para a perda da atividade tradicional, fazendo com que alguns dos conhecimentos deixem de ser repassados ao mais novos (BALLABIO, 2010).

Um dos fatores que interferiu decisivamente nas comunidades da região foi a criação da Rodovia Rio-Santos na década de 70, que facilitou o acesso às comunidades e, por conseguinte, o turismo (YAMASAKI et al, 2014; CAMARGO, 2013). Destaca-se a construção da estrada, pois a questão de acesso é um elemento muito importante para a história do local e das comunidades que por lá residem. Pois, ao mesmo tempo em que dificultam a chegada de serviços, acredita-se que as barreiras de acesso tenham sido um fator importante para a conservação dos ecossistemas e do modo de vida das populações nessa região (BURSZTYN et al, 2008), incluindo a Praia do Sono, onde, ainda hoje, só se chega por meio de trilha na mata ou pelo mar .

Os elementos de modernidade que chegam, no entanto, não são garantia de que com eles venham também serviços básicos fornecidos à comunidade. Os caiçaras dessa região (principalmente do sul da Península da Juatinga) possuem um histórico relacionado à falta de serviços essenciais, como postos de saúde, escolas, coleta de lixo e acesso à energia elétrica (YAMASAKI et al, 2014). Além disso, com o aumento de fluxo na região, aumentaram também a especulação imobiliária, os conflitos e a degradação ambiental (BURSZTYN et al., 2008; YAMASAKI et al., 2014).

Ainda sobre o período abordado anteriormente, observa-se uma dualidade nas políticas propostas, paralelamente, para a região, com a implementação de uma política desenvolvimentista de instalação de usinas nucleares (em Angra dos Reis) e investimentos no setor portuário, e, de outro lado, uma política de preservação da Mata Atlântica, (BURSZTYN et al, 2008) com a criação de áreas protegidas na região, que, possivelmente, atuou como uma resposta à lógica desenvolvimentista em curso. Esses processos simultâneos impactaram duplamente, cada uma à sua maneira, o modo de vida tradicional das populações caiçaras na região (BURSZTYN et al, 2008).

A comunidade da Praia do Sono já enfrentou e enfrenta ainda uma série de conflitos e ameaças. Uma delas é ainda relativa à questão da recategorização da REJ, que tem tido um lento desenrolar e participação popular aquém da desejada (BURSZTYN et al., 2008; LIMA et al., 2009).

A mudança de categoria tem papel fundamental no futuro da sociobiodiversidade local. Influenciará diretamente a permanência das comunidades no território e de sua participação na gestão do mesmo, nas relações de poder e na conservação da natureza (CAVALIERI, 2003). A depender da categoria e do zoneamento indicados a o modo de vida dos vários núcleos caiçara da REJ podem ser significativamente alterados tendo inclusive ameaçada a sua permanência no território (CAVALIERI, 2003).

O processo de recategorização da REJ desde o início de seu debate, como aponta Cavalieri (2003), envolveu sujeitos diversos, com percepções e interesses distintos e por vezes conflitantes, como o Poder Público, as comunidades caiçaras e os agentes privados, contando também com a participação das universidades e movimentos da sociedade civil. Segundo apontado pela autora, ainda em 2003, as

principais categorias discutidas até o momento eram: parque, reserva de desenvolvimento sustentável (RDS), área de proteção ambiental (APA) e reserva extrativista (RESEX).

A categoria de Parque é a única das citadas que é uma UC de proteção integral. Ou seja, que adota um modelo preservacionista, onde as comunidades locais deveriam ser reassentadas, tendo sua presença permitida temporariamente por meio de termo de compromisso (CAVALIERI, 2003). A adoção de uma unidade de conservação de proteção integral, como um Parque, poderia indicar a desterritorialização da comunidade e o fim das atividades turísticas como acontecem hoje.

As demais categorias discutidas configuram unidades de uso sustentável (BRASIL, 2000). Estas são a APA, a RDS e a RESEX.

As mudanças, ao mesmo tempo, podem abrir caminho para a construção de empreendimentos na área atual da REJ (MONGE et al, 2013). Por exemplo, através da adoção de um modelo que privilegie os interesses privados. A recategorização para uma APA abriria essa possibilidade para outras construções e atividades. Essa seria a categoria pleiteada pelos proprietários de terra (agentes privados), que tem interesse em desenvolver empreendimentos, principalmente os relacionados ao turismo, devido a seu potencial (CAVALIERI, 2003)

Já uma reserva extrativista, ou RESEX, teria como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais extrativistas e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade de conservação (BRASIL, 2000). As populações extrativistas tradicionais apresentam subsistência baseada no extrativismo e, complementarmente, na agricultura e criação de animais de pequeno porte (BRASIL, 2000).

No entanto, dentro do leque apresentado, a alternativa que parece ser a favorita dentre as comunidades locais é a RDS (CAVALIERI, 2003). Que, segundo o SNUC, são áreas naturais onde vivem populações tradicionais que se baseiam em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais, saberes esses que foram desenvolvidos ao longo das gerações anteriores e adaptados às condições ecológicas locais, desempenhando um “papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica” (BRASIL, 2000).

As comunidades caiçaras tradicionalmente possuem a cultura da pesca, da agricultura e da utilização do meio natural para confecção de estruturas e utensílios. Os saberes são múltiplos e são passados através das gerações, como o manejo agroecológico do solo, os conhecimentos sobre a fauna e o território, as habilidades de navegação, entre outros.

O INEA, em 2010, contratou uma consultoria para realizar estudos sobre a área, contendo propostas relativas a redefinição das terras compreendidas pela REJ e pela Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim (AELPM) que também está em recategorização para se adequar ao SNUC (MONGE et al., 2013).

Dos cenários propostos pelo estudo, o INEA considerou como prioritário o cenário que mescla as categorias RDS e Parque, onde a RDS seria descontínua, pegando todas as comunidades caiçaras, e a categoria Parque estaria nas áreas mais altas, nas costeiras e praias onde não tenham núcleos caiçaras (MONGE et al., 2013). Acerca das considerações do órgão, destaco alguns aspectos relativos à escolha da RDS:

O argumento colocado para se propor uma RDS é que desta forma se reconhece o território caiçara e regulariza o seu modo de vida (roça, pesca artesanal, extrativismo vegetal), fortalece o turismo comunitário, acaba com a pressão fundiária, as famílias poderão ter título que garante o uso das áreas, existe um Conselho Deliberativo que decide as regras da RDS, sendo a maioria dos representantes do Conselho das comunidades. (MONGE et al., 2013, p.6).

Em relação a criar um Parque na maior parte do território, os argumentos utilizados foram de que a política do INEA é a de ampliar áreas de Parques para organizar e desenvolver o turismo, além de impedir grandes empreendimentos e a especulação imobiliária (MONGE et al., 2013).

No entanto, em nenhum dos cenários propostos a possibilidade de se instaurar uma RESEX foi apresentada “embora tal estudo reconheça que mesmo o turismo sendo uma atividade crescente, os caiçaras ainda dependem majoritariamente das atividades extrativas da pesca consorciadas com outras atividades complementares” (MONGE et al., 2013, p.7)

É possível, hoje, discutir os diferentes usos para as áreas protegidas, adequando as categorias de manejo às diferentes realidades de sua implantação (BURSZTYN et al, 2008). Inclusive possibilitando um maior diálogo entre poder público e comunidades. Gerhardt (2007) aponta, no entanto, para contradições entre o conceito de participação e a forma como as populações tem sido tratadas em

muitas políticas públicas e também pesquisas acadêmicas em que muitas vezes são apenas comunicadas ou consultadas, sem, no entanto, ter seus interesses levados em conta no processo deliberativo.

Apesar de garantir a forma de participação da população caiçara nos Conselhos das UCs, inclusive da comunidade do Sono (LIMA et al., 2009), o processo, como tem sido conduzido, não tem proporcionado a devida participação das comunidades nas discussões nem no acompanhamento das decisões tomadas (BURSZTYN et AL, 2008). Destaco trecho da pesquisadora Vanessa Souza acerca do tema:

[A]s políticas escolhidas para as comunidades caiçaras, além de serem construídas de “cima para baixo”, sem diálogo com os interessados, não levam em consideração as reais necessidades locais e os conflitos vivenciados por eles. Com isso, a situação de vulnerabilidade em que vivem atualmente é fruto também das políticas públicas escolhidas para a região e da aparente “ausência” do poder público na resolução dos problemas e diálogo com as comunidades e na “presença” do mesmo em outros momentos, como o de fiscalização e cobranças. (SOUZA, 2017)

A autora aponta, ainda no mesmo trabalho, que essa dinâmica impõe os interesses particulares dos grupos dominantes como universais, compactuando para a manutenção da desigualdade social e do domínio de classe.

Nesse contexto, a região de Paraty e da REJ é um caso emblemático. É uma região caracterizada por conflitos entre poder econômico e os interesses das populações locais, onde muitas vezes é o primeiro quem prevalece (OLIVEIRA, 2005). Sob esse aspecto, o turismo é também motor de conflitos. Em Paraty, como aponta Oliveira (2005) o turismo avança através de um modelo excludente que ameaça um crescente número de comunidades.

Um caso recorrente em muitas comunidades tradicionais, principalmente naquelas localizadas em áreas de potencial turístico ou produtivo, é justamente com relação à questão fundiária, onde a posse da terra muitas vezes não é garantida ou enfrenta disputas (LIMA et al. 2009). Vemos no trecho abaixo destacado uma interpretação de um motivo para que isso ocorra, por conta da diferença entre os tipos de relação com a terra das populações tradicionais e dos agentes externos:

Um dos conflitos mais marcante do desenvolvimento do turismo em comunidades é oriundo da posse e uso da terra por parte de agentes

externos à localidade, já que em diversas comunidades a questão espacial e territorial era ignorada por se tratar de um bem comum de uso coletivo e não de uma mercadoria dotada de um valor fictício e passível de ser negociada. (LIMA et AL. 2009)

Dessa forma, pode-se dizer que o turismo, portanto, reorganiza o território e incide na dinâmica territorial precedente. Os conflitos entre atores sociais podem também ser entendidos como uma forma de resistência, ou de possibilidade de mudança, que atuam na construção da sociedade (BURSZTYN et al, 2008). De fato, os conflitos têm moldado a constituição histórico-social das comunidades caiçaras da região nos últimos períodos, como a do Sono (SANTIAGO, 2016), de Vila Oratório (CAMARGO, 2013), Trindade (OLIVEIRA, 2005), Martim de Sá (MONGE, 2012), entre outras.

Os moradores da Praia do Sono passaram por um processo de luta e reconhecimento do território, por conta de um grande conflito envolvendo o grileiro Gibrail Tannus que “disputou” a posse da terra com os caiçaras. O grileiro dizia ter comprado a terra e queria expulsar a comunidade da praia. Anos se passaram, tendo a população sido submetida a várias restrições de direitos, até que a comunidade conseguisse o direito de permanecer em suas terras (CAMARGO, 2013). Conta-se que parte decisiva desse processo foi graças às mulheres da comunidade, que um dia se juntaram e resolveram dar uma “urtigada” coletiva no grileiro, que, assustado, não voltou mais à praia.

O caso conflitante emblemático da Praia do Sono atualmente é com relação ao Condomínio Laranjeiras, o maior condomínio de luxo do Brasil (SOUZA, 2017), localizado no ponto que dá acesso à praia. O condomínio apresenta um histórico de embate com outra comunidade local, a Vila Oratório, onde existiu praticamente um processo de expulsão da comunidade e de privatização da terra e da praia com sua chegada (CAMARGO, 2013) .

A relação entre o condomínio e a comunidade do Sono conta com casos de violações de direito, assédio moral e psicológico com os moradores, onde o condomínio Laranjeiras restringe o acesso dos moradores e também dos visitantes à praia de forma arbitrária e abusiva (CAVALIERI, 2003; CAMARGO, 2013; SOUZA,2017 ). Para chegar à comunidade do Sono existem duas opções, deve-se fazer uma trilha na mata, que dura cerca de 1 hora ou pegar um barco que sai do cais dentro do condomínio (como indicado na Figura 1 a seguir).



Figura 1: Mapa da praia e seu entorno, extraído do Google Maps e com grifos próprios: Em vermelho a rota aproximada da trilha a pé (saindo da Vila Oratório) e em amarelo o percurso de barco (saindo do Condomínio Laranjeiras).

Os caiçaras, ao lado de indígenas e quilombolas, tiveram e ainda têm um papel periférico no sistema político econômico. São populações que foram submetidas ao poder dos colonizadores, dos senhores de engenho, posteriormente dos empresários e por fim da classe média urbana e do Estado (ADAMS, 2002). É, como define Adams (IBID), um processo histórico de exclusão socioeconômica e ecológica.

Para caminhar no sentido de reverter e reparar esse processo excludente, existe uma série de políticas públicas voltadas à questão que devem ser entendidas como instrumentos para garantia de direitos. No âmbito da legislação sobre os povos e comunidades tradicionais existe hoje a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, PNPCT (BRASIL, 2007). A PNPCT tem como objetivo principal promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidade Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (BRASIL, 2007).

A PNPCT prevê ainda a garantia do acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social; a implementação e o fortalecimento de programas e ações

relativas às questões de gênero, valorizando a importância histórica das mulheres nas comunidades (bem como sua liderança social); e, ainda, o devido reconhecimento, proteção e promoção dos conhecimentos, práticas e usos tradicionais relativos a esses povos e comunidades, bem como o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam (BRASIL, 2007).

A política traz também como objetivos, solucionar, ou ao menos minimizar, os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (BRASIL, 2007).

No caso da REJ, esse princípio pode ser levado em conta para que sua recategorização seja feita para uma UC de uso sustentável. Sobre essa questão encontramos também, em consonância com esse objetivo da PNPCT, a estratégia prevista pelo Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) (BRASIL, 2006), de priorizar as categorias reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável nas atividades de planejamento para a criação de unidades de conservação onde existam comunidades de pescadores e de populações extrativistas tradicionais.

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas foi instituído por meio do decreto Nº 5.758, de 2006, tem como objetivo geral aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC, promovendo uma governança diversificada, participativa, democrática e transparente (BRASIL, 2006). Além disso, traz como alguns dos objetivos específicos, concluir, no âmbito dos órgãos ambientais, os processos de regularização fundiária de todas as unidades de conservação e implementar mecanismos que assegurem a participação de comunidades locais no estabelecimento e gestão de unidades de conservação e outras áreas protegidas.

## **2.2 Os turismos e os ecos**

O turismo é um fenômeno complexo, que representa a maior atividade global com crescimento considerável nas últimas décadas, sendo o turismo em áreas naturais um dos segmentos turísticos que mais tem merecido destaque, principalmente nas áreas protegidas (BURSZTYN et al, 2008).

A sociedade moderna, ocidental e hegemônica, como foi já discutida aqui no primeiro capítulo, se baseia em um distanciamento físico e conceitual dos seres humanos para com a natureza (ZAÚ, 2014) e na sua exploração compulsória em busca do lucro (LOWY, 2013). É uma sociedade, como escreveram Neiman e Mendonça (2000, p.102), “quase sempre carente do contato direto com a natureza. É privada, portanto, das oportunidades de vivências pessoais e de crescimento espiritual decorrentes desse contato.” Essa desconexão com ambiente e com a teia de vida a que pertencemos nos afeta a todos enquanto sociedade, pois tende a fomentar traços individualistas e antropocêntricos.

No entanto, ainda que esse seja o aspecto em evidencia, é inegável a força que a natureza ainda exerce sobre os seres humanos. A interação com a natureza é parte da nossa essência ecossistêmica. Da mesma forma, as interações e experiências possibilitadas pela atividade turística podem atuar no sentido de abrir horizontes, de forma individual, mas para além da esfera individualista. O crescente nos número do turismo em áreas naturais, do turismo ambiental, ou ecoturismo é um indicador positivo no caminho da transformação, ou desconstrução, desses valores distorcidos.

Entendemos como Ecoturismo a interface entre turismo e ambiente, em especial ambientes naturais pouco alterados, incluindo a dimensão social principalmente no que tange às culturas locais (PIRES, 1998). O ecoturismo deve possuir uma abordagem integrada da atividade, envolvendo as comunidades locais socioeconomicamente. Deve ser desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade além de aliar o envolvimento das comunidades à conservação ambiental (BRASIL, 2010).

No entanto, apesar da demanda crescente, esse ainda é um segmento turístico que carece de planos de gestão adequados. Assim, o turismo cresce de modo veloz e os instrumentos de gestão não se mostram aptos a fornecer as respostas demandadas. Essa carência tende a evidenciar os conflitos socioambientais nas áreas protegidas, como na área de estudo, em relação aos graus de restrições, às comunidades locais, a conservação ambiental e ao próprio desenvolvimento turístico (BURSZTYN et al, 2008).

Ná área costeira entre Rio de Janeiro e São Paulo, o turismo passou a ser apontado como uma das principais alternativas de desenvolvimento para a região,

quando a Rio-Santos foi construída, na década de 70 (BURSZTYN et al, 2008). Com o tempo, se transformou na principal fonte de renda para muitas das populações locais (se sobrepondo às atividades de pesca, agricultura e artesanato, que já diminuían de intensidade), bem como na Praia do Sono (BURSZTYN et al, 2008; LIMA et al, 2009).

É importante pontuar que o turismo não parece ter sido uma aposta consciente comunitária. Mas sim, ter acontecido espontaneamente (principalmente desde a construção da rodovia que facilitou o acesso à região) e foi se firmando como alternativa para a comunidade em um contexto de diminuição de pescado e restrições ambientais impostas pelas unidades de conservação.

Bursztyn e colaboradores (2008) indicam que o turismo na praia não se configura por um turismo interessado em conhecer a cultura local, como o etnoturismo, mas que se desenvolveu mais por conta de suas características ambientais. Concordo que a busca pela natureza realmente seja fator fundamental na escolha do destino turístico. Afinal, o turismo na praia tem como motivação também o contato e vivência na natureza por parte dos turistas, através de uma busca por um paraíso natural, principalmente enquanto área protegida e com as relativas barreiras de acesso. No entanto, acrescento o contato com a cultura e a inserção na comunidade também como legítimas motivações para os turistas escolherem visitar a praia. Suponho que os dez anos que separam as duas pesquisas tenham convergido com um período de fortalecimento da identidade caiçara.

O trabalho de Lima e colaboradores, em 2009, indicou o potencial latente da Praia do Sono para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC), analisando as iniciativas turísticas da praia e suas implicações para o desenvolvimento social da comunidade. O TBC é uma forma de evidenciar o protagonismo de comunidades na promoção de atividades que possam melhorar suas condições de vida (LIMA et al, 2009).

Dessa forma, na Praia do Sono, acaba sendo a própria comunidade que faz a autogestão das atividades turísticas. Nesse processo, o turismo permeia as atividades culturais e do dia-a-dia, baseando-se em uma relação de proximidade com a comunidade (LIMA et al, 2009).

Por um lado, esse processo, que depende da autogestão comunitária, permite que a comunidade possa mais ou menos decidir que tipo de turismo pretende desenvolver e por quais caminhos seguir, garantindo, ao menos em teoria, uma grande parcela de autonomia (LIMA et al, 2009). Por outro, despeja sobre a comunidade toda a responsabilidade pela gerência de um fluxo (temporário), que não é orgânico de seu funcionamento. Isso, somado ao lugar de vulnerabilidade socioeconômica e ecológica em que a comunidade se encontra, pode acarretar em mais questões a serem resolvidas pela população local.

No caso, alguns dos principais problemas ambientais ocasionados pelo turismo na praia são o esgotamento sanitário e a geração de resíduos, que estão também relacionados à forte sazonalidade turística (BURSZTYN et al, 2008).

Assim como a delimitação de áreas protegidas influencia o modo de vida local, tradicionalmente baseado na pesca e na agricultura de subsistência, a pesquisa de Bursztyn e colaboradores (2008) atribui ao turismo a responsabilidade por profundas alterações nas relações de trabalho e na realidade espacial. Contudo, defendo que a visibilidade gerada pelo turismo pode ser uma das formas de fortalecer a comunidade perante os conflitos vivenciados por eles. Afinal, como já abordado no presente trabalho, as questões políticas e institucionais e as relações de poder com outros setores mais privilegiados da sociedade parecem exercer tanta pressão quanto, ou mais, nas mudanças territoriais.

De acordo com a cartilha de princípios e diretrizes para o Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação (ICMBio, 2018) o:

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação.

Além disso, o TBC deve ser entendido como um processo contínuo que se adapte à transformação da realidade buscando valorizar as culturas em sua dinâmica própria (ICMBio, 2018). Essa proposta pode fazer parte de um movimento que favoreça o exercício de um novo sistema de relações humanas e institucionais, visando superar o modelo de desenvolvimento vigente no mundo (LIMA et al, 2009). A presente pesquisa busca se somar a esse movimento.

Apesar da afinidade e do diálogo com o conceito de turismo de base comunitária, percebi praticamente a inexistência da utilização do conceito de ecoturismo nas publicações sobre o local. Essa é uma abordagem que este trabalho se propõe a incorporar.

Segundo Pires (1998), cada setor envolvido com o ecoturismo pode ter sua própria compreensão acerca do seu significado. Isso gera uma variedade de definições e possibilidades de reconhecimento a seu respeito. Entre as diversas interpretações e definições para Ecoturismo, a conceituação a seguir continua sendo referência no país. De acordo com o Ministério do Turismo, o Ecoturismo é conceituado como:

[U]m segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (BRASIL, 2010, p.17)

Ou seja, o ecoturismo é dotado de propósitos. Deve compreender a relação humana com a natureza, em atividades baseadas na relação sustentável com o ambiente e com as comunidades locais, a minimização dos impactos negativos ao ambiente e à sociedade, a busca pela conservação e a dimensão da educação ambiental (PIRES,1998; BRASIL, 2010).

No Brasil, o ecoturismo ganhou força como uma expressão do movimento ambientalista, como podemos ver na passagem abaixo:

O Ecoturismo no Brasil destaca-se a partir do movimento ambientalista, quando os debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis alcançam a atividade turística. No decorrer dos anos, a atividade vem se desenvolvendo e ganhando forças em meio à discussão de um modelo de turismo mais responsável. (BRASIL, 2010, p.11)

Segundo Layrargues (2004) o ecoturismo representa um fruto de uma mudança de paradigma, onde o distanciamento da natureza, até então tida como “selvagem”, se transforma em um contato de acolhimento e de admiração. O autor (2004) sugere que a crise ambiental tenha impulsionado esse processo, de forma subjetiva, através de uma sensibilização em um cenário de escassez, elevando a natureza a um patamar de valorização apenas pela sua existência.

Ainda segundo o autor, o ecoturismo:

“tem se revelado um atraente objeto de estudo para pesquisadores das ciências ambientais, que compreenderam suas íntimas relações – positivas ou negativas [limites e potencialidades] – com a proteção ambiental e a dinâmica cultural das comunidades envolvidas.” (LAYRARGUES, 2004, p. 39)

É importante frisar que mesmo a atividade ecoturística causa algum impacto, seja cultural, seja na biodiversidade, correndo os riscos de ultrapassar a capacidade de suporte local e de transformar abruptamente a cultura da comunidade (LAYRARGUES, 2004; ZAU, 2014). Isso se intensifica quando a atividade ocorre de forma não regulamentada, ou sem a avaliação dos impactos gerados pela visita ou de forma muito intensa que extrapole a capacidade local. (ZAU, 2014). No entanto, espera-se que tais riscos sejam minimizados através do papel da educação ambiental (LAYRARGUES, 2004), do planejamento e da participação ativa da população em todo o processo.

Layrargues (2004) diferencia basicamente o ecoturismo em dois tipos: o ecoturismo empreendedor e o ecoturismo de base comunitária. De forma que, o ecoturismo empreendedor é aquele que age em função da manutenção das condições sociais historicamente estabelecidas e o ecoturismo de base comunitária prevê a sustentabilidade econômica dos comunitários e estimula a mudança social.

Neiman e Mendonça (2000, p. 108) também criticam um setor do ecoturismo, dentro de um mosaico de experiências, como tendo surgido a partir de um viés mercadológico, sem se propor a refletir as próprias atividades, onde: “Produz viagens e não prioritariamente experiências, nem conhecimento. Só reproduz estratégias de marketing e conceitos administrativos convencionais”. Porém, entendo que esse perfil descrito não seja o prioritário no desenvolvimento ecoturístico, e, talvez, corresponda ao tipo de ecoturismo empreendedor citado acima (LAYRARGUES, 2004), o qual não corresponde aos princípios e diretrizes comumente acordados sobre ecoturismo e sobre sustentabilidade.

Sendo assim, trabalhamos aqui com o entendimento de que o ecoturismo deve abarcar questões para além da dimensão recreacional do turista, mas, também, para a formação de uma consciência ambiental. O ecoturismo refere-se à experiência turística, mais do que a um produto turístico e engloba fatores subjetivos como a percepção de cada um. Para Neiman e Mendonça (2000, p.104) “a grande maravilha [...] é a experiência pessoal que se tem no contato com a natureza. Essa

experiência não é transferível. Ela é de uma amplitude tal que não se pode traduzi-la em palavras”. Destaca-se a componente educacional como uma componente fundamental a ser compreendida dentro do ecoturismo, diferenciando-o assim do turismo convencional de massa (PIRES 1998) e também de um viés puramente empreendedor.

Para Layrargues (2004) o ecoturismo no Brasil possui três dimensões de importância, são elas: a proteção ambiental, as trocas culturais e a geração de emprego e renda, segundo ele a menos explorada academicamente. O autor aponta necessidade de criação de políticas públicas para o ecoturismo que definam explicitamente a sua função social a fim de promover o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida dos comunitários (LAYRARGUES, 2004) principalmente no que tange a dimensão socioeconômica.

Sobre o envolvimento das comunidades locais e pautando sua autonomia, Pires (1998, p.78) aponta que:

As comunidades anfitriãs ao aceitar e conceber o ecoturismo irão enfatizar o seu próprio envolvimento nas distintas etapas de desenvolvimento do mesmo desde o planejamento até a operação, e a capacidade de geração de benefícios locais por parte dessa atividade. Seu conceito de ecoturismo, estará tomado de uma nova dimensão de (re)valorização dos recursos naturais e culturais do seu meio como fonte de sua própria sobrevivência[.]

Nesse sentido, entende-se que o ecoturismo, para garantir autonomia da comunidade, deve automaticamente assumir os princípios do turismo de base-comunitária, como: a conservação da sociobiodiversidade; a valorização da história e da cultura local; o protagonismo comunitário (tanto no desenvolvimento das atividades como na tomadas de decisões); a transparência e a partilha dos benefícios de forma justa; o Bem comum (valorizando a solidariedade e a cooperação); a complementaridade (com relação às demais atividades desenvolvidas pela comunidade), e a educação e partilha de saberes entre diferentes culturas (ICMBio, 2018).

Configura-se, assim, o ecoturismo de base comunitária, ou apenas um ecoturismo coerente com suas diretrizes dentro do contexto apresentado. As duas modalidades turísticas apóiam-se, portanto, sobre algumas bases comuns.

O Ecoturismo e o turismo de base comunitária têm relação direta com o desenvolvimento sustentável. Ambos se baseiam em

atitudes conservacionistas e estão atrelados ao desenvolvimento do ser humano e da geração de renda. (BRASIL, 2010, p.73)

No âmbito da legislação acerca do turismo, foi instituída recentemente a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro, através da Lei nº 7.884, de março de 2018 (RIO DE JANEIRO, 2018). De acordo com a Política, o turismo comunitário pode se dar nas áreas em que existam povos e comunidades tradicionais (além das áreas urbanas de favelas) tais como reservas indígenas, comunidades quilombolas e comunidade de pescadores.

As atividades regionais do turismo comunitário também deverão se basear nos preceitos de sustentabilidade, de promoção da cultura e tradições locais e promoção da agroecologia (RIO DE JANEIRO, 2018). O desenvolvimento do turismo nessas áreas deve ser feito na forma da economia solidária, prioritariamente, através de estratégias de valorização dos guias de turismo regional ou condutores residentes na própria comunidade, além disso, o comércio local nessas áreas também deve ser incentivado com práticas de economia solidária (RIO DE JANEIRO, 2018).

Sobre a atuação dos grupos comunitários dentro das áreas naturais protegidas, é importante observar como se dá o arranjo de gestão e serviços na localidade. Por exemplo, na Praia do Sono, bem como na REJ como um todo, os serviços fornecidos pelas populações caiçaras preenchem um vácuo de gestão pública para o recebimento dos turistas nessas áreas.

Muitas vezes a gestão pública das áreas protegidas, dentro da suas limitações de corpo técnico e de verbas, não consegue sozinha fornecer os serviços de apoio à visitação necessários. Existe o processo de parcerias para prestação de serviços em UCs, que pode se dar por meio de: parceria público-privada (PPP), concessão ou privatização. Sobre esse processo, Rodrigues e Godoy justificam:

A necessidade de ofertar esses serviços [de apoio à visitação prestados nas áreas protegidas] motivou a criação de instrumentos de gestão que possibilitam a participação de outros grupos nesse processo [que não a gestão pública], como empresas, organizações da sociedade civil, associações e cooperativas de base comunitária (RODRIGUES, GODOY, 2013).

Dessa forma, defende-se também que as eventuais parcerias possam se dar junto às próprias comunidades, atuando em conjunto com iniciativas do turismo de base comunitária (TBC). Segundo o Ministério do Turismo (2010, p.12) “A

importância do estabelecimento de parcerias e do envolvimento comunitário são aspectos reforçados como essenciais para o desenvolvimento do Ecoturismo, trazendo ainda a abordagem do turismo de base comunitária.”

Porém, segundo as pesquisadoras Botelho e Rodrigues (2016), o poder público federal ainda não apresentou meio de fortalecimento da inserção desses micro e pequenos empreendedores, privilegiando serviços oferecidos em escalas maiores, como os grandes empreendimentos instalados nos parques nacionais com visitação expressiva.

Nesse sentido, é importante que se tenha organização comunitária para resistir a possíveis investidas de inserção de capital privado na REJ ou da próxima categoria de UC a que se transformar e garantir a soberania das populações. Em qualquer processo de decisão é fundamental que as comunidades estejam organizadas localmente e articuladas entre si.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1. Fundamentando a pesquisa**

A opção desta pesquisa é por uma metodologia qualitativa, característica da pesquisa social. A pesquisa qualitativa, segundo Cecília Minayo: “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (2015, p. 21).

Como defende a autora, somos sujeitos sociais, passando por processos sociais, marcados pela subjetividade (MINAYO. 2015). Logo, a concepção da realidade não pode se dar de forma fechada, mecanicista. A realidade não pode ser compreendida apenas através da objetividade, da ciência cartesiana. Por isso, existem as ciências sociais, que podem incluir nos estudos as subjetividades e intersubjetividades através de uma “consciência histórica” (idem. P.13).

As ideias de espaço, de tempo e de relações sujeito-objeto vêm sendo revolucionadas, ainda segundo a autora, a partir de temas científicos como as teorias sistêmicas e as abordagens de complexidade (idem, p.11).

Neste contexto, destaca-se o campo das ciências ambientais que se propõe a ter uma abordagem interdisciplinar e complexa da realidade (BRASIL, 2016c). Propõem a construção de pontes, formando uma teia que pretende interligar as esferas ecológica e social. Bem como é a linha do PPGEC, que busca formar profissionais aptos a lidar com o ecoturismo através de um olhar amplo, multidimensional e interdisciplinar (BRASIL, 2016c).

Defende-se aqui, em coro com diversos pesquisadores, que a ciência não é e nem pode ser neutra (BRANDÃO,1999; OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1999; MINAYO, 2015) e que quando se opta por não posicionar-se, automaticamente assume-se o lado dominante. Brandão (1999, p.11) diz que: “nenhum conhecimento é neutro e nenhuma pesquisa serve teoricamente ‘a todos’ dentro de mundos sociais concretamente desiguais”. Oliveira e Oliveira (1999) dizem que “esta ciência que se queria neutra, apolítica e descomprometida acabou sendo utilizada cada vez mais como uma ferramenta de engenharia social” (p. 22).

Dito isso, este trabalho assume uma ideologia, baseada na concepção de sociologia das ausências e das emergências, de Boaventura de Souza Santos (2002), que entende que é preciso fazer com que outras narrativas (não

hegemônicas) tenham sua voz ouvida e não invisibilizada, como temos normalmente na sociedade ocidental e na ciência ocidental.

Assim, considero que devemos nos perguntar, como fazem o autor (BRANDÃO, 1999) e também Borda (1999), a que e a quem serve a ciência que fazemos? Neste caso, respondo, escolho que a minha ciência esteja a serviço da Terra e das populações nas quais acredito, os povos da terra. Coloco-me como aliada nessa ideia, na qual pesquisadora e pesquisados ultrapassem essa lógica hierárquica, sendo entendidos enquanto sujeitos de um mesmo trabalho comum (BRANDÃO, 1999).

Dessa forma, esta pesquisa se inspira no método da 'pesquisa participante' (BRANDÃO, 1999), sem, no entanto, se configurar como uma. Com o intuito de, como disse Carlos Rodrigues Brandão, ser um instrumento a disposição da comunidade em questão, onde a participação do cientista ajude a reforçar o poder do povo (BRANDÃO, 1999).

A presente pesquisa (bem como a pesquisa participante) entende a relação do trabalho não enquanto "pesquisadora-objeto", mas enquanto sujeitos, de diferentes realidades e saberes. E mesmo a praia não pode ser encarada apenas como meio, de forma objetificada, mas como parte integrante, como ecossistema vivo, como natureza complexa e sagrada. Assim, é impossível separar pesquisador social de seu objeto, que é a sociedade, uma vez que o cientista é um ser social (Oliveira e Oliveira (1999). Para uma cientista ambiental isso se confirma duplamente, uma vez que me entendo enquanto ser social e enquanto parte integrante do ambiente, como componente de uma teia maior de relações.

A objetificação daqueles com quem se trabalha tolhe-lhes sua subjetividade. Quando os grupos observados são colocados apenas como objeto de uma pesquisa sobre eles, e não com eles, também o destino e o propósito da pesquisa lhes escapa (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1999). Na pesquisa participante entende-se o outro como ser humano, possibilitando-lhe "participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele" (BRANDÃO 1999, p.11).

De acordo com Oliveira e Oliveira (1999, p.26), neste caso, "o objetivo do pesquisador será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social com que está comprometido". Ou seja, entendemos a participação na pesquisa como mais do que uma ferramenta de coleta de dados para conhecer a

localidade, mas como um compromisso para com a comunidade e para com a causa social (BRANDÃO, 1999).

A participação não envolve uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que precisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir. (p.12)

Como vemos em Pesquisa Participante, “observação participante”, “pesquisa popular”, “investigação alternativa”, “investigação participativa”, são outros nomes que se referem a práticas, preocupações e intenções muito próximas à da pesquisa participante que apontam todas na mesma direção (Brandão, 1999; 2005).

No entanto essa pesquisa não conseguiu alcançar os objetivos da pesquisa participante um vez que essa materialização depende de uma série de condições que não foram construídas no contexto da pesquisa, principalmente por exigirem tempo para que emergissem de forma orgânica.

Oliveira e Oliveira (1999 p. 24) defendem que não é mais possível termos pesquisadores separados de seus objetos de pesquisa, uma vez que o pesquisador possui “uma inserção social determinada e com uma experiência de vida e de trabalho que condicionam sua visão de mundo”, modelando o modo como interagem com a realidade. E é essa base que vai determinar a intencionalidade, a natureza e a finalidade da pesquisa, bem como dos instrumentos metodológicos utilizados.

Deslandes (2015) aborda a *dimensão ideológica da pesquisa* relacionada às escolhas do pesquisador, onde a própria escolha do que e de como pesquisar já são escolhas ideológicas, uma vez que, de acordo com a autora, o pensamento científico é sempre histórico e socialmente condicionado.

Minayo (2015, p. 13) segue a mesma linha quando diz que toda ciência “passa por interesses e visões de mundo historicamente criadas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seus próprios autores”, e segue dizendo que:

A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a totalidade da vida social. (idem, p.14)

Durante a pesquisa evitou-se a reprodução de um olhar único, estereotipado, voltado apenas para aquilo que se quer ver. O olhar que se buscou aqui foi mais do que apenas observar, mas olhar com o coração, se deixando afetar, enxergando para além de ideias pré-concebidas, buscando reconhecer e ver o lugar do outro.

Brandão traz o termo de *comunidades aprendentes*, que entende que cada um de nós é uma “unidade pessoal de saber” (2005, p.87). Vemos também uma passagem de Paulo Freire (1987) que diz o seguinte: “Quanto mais investigo o pensar do povo com ele, tanto mais nos educamos juntos. Quanto mais nos educamos, tanto mais continuamos investigando”. Por isso, essa pesquisa é uma oportunidade única de aprendizado, meu, enquanto acadêmica, em busca do “conhecimento popular,” como cunha Borda (1999), e de uma grande partilha de saberes.

### **3.2 Ciclo de Pesquisa**

Dentro do contexto delineado acima, a seguir são elencadas as fases do projeto de pesquisa, segundo Cecília Minayo, denominado como ciclo de pesquisa, uma vez que não se fecha “pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas” mantendo o ciclo em movimento. (MINAYO, 2015 p. 27). O ciclo de pesquisa (MINAYO, 2015) contém: fase exploratória, trabalho de campo e análise de material (empírico e documental).

A fase exploratória consistiu na elaboração do projeto de pesquisa e dos procedimentos necessários para a ida a campo. Incluiu a definição do objeto e um cronograma. A ida a campo representou o momento de “levar para a prática empírica a construção teórica elaborada” (MINAYO, 2015, p26). Consiste em uma fase central da pesquisa, “[c]onstrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social” (idem p.61), sendo um contraponto dialético da teoria social (p.76). A autora ainda define o trabalho de campo como “as perguntas que fazemos para a realidade.” (p.76).

O trabalho de campo procurou observar a vida social em movimento da comunidade, percebendo a rede de relações sociais, os problemas e a percepção da população acerca da situação e das possibilidades de mudança (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1999, p. 29). Dessa forma, busquei estar atenta a “às diversas dimensões da vida cotidiana da comunidade “inclusive seus sonhos, aspirações e

projetos- que constituem o discurso a ser decodificado”(OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1999, p.30).

Na fase de análise de material, interpretaram-se os dados empíricos, obtidos através da vivência *in loco*, relacionando-os com a teoria estudada e adotada.

### **3.3 Técnicas adotadas**

A opção por um método que esteja em contato direto com a comunidade apoia-se, no caso, principalmente, nas técnicas de observação participante (OP), na realização de entrevistas (semi-estruturadas e abertas).

Para a realização de entrevistas adotou-se a técnica de entrevistas semi-estruturadas e abertas. Dessa forma, possibilita-se que os entrevistados possam se expressar mais livremente e expondo os próprios pontos de vista (MANZINI, 2004). Ou seja, as entrevistas não possuem um roteiro fechado, previamente proposto, mas sim perguntas suleadoras, que permitem que a entrevista não enverede para pontos muito distantes do escopo proposto.

Ainda segundo Minayo, "a filosofia que fundamenta a observação participante é a necessidade que todo pesquisador social tem de relativizar o espaço social de onde provém, aprendendo a se colocar no lugar do outro" (MINAYO, 2015 p. 70). A atividade de observação participante permite que o pesquisador não fique preso à metodologia previamente definida:

Na medida que convive com o grupo, o observador pode retirar do seu roteiro questões que percebe serem irrelevantes do ponto de vista dos interlocutores; consegue também compreender aspectos que vão aflorando aos poucos, situação impossível para um pesquisador que trabalha com questionários fechados e antecipadamente padronizados. (idem, p 70-71)

O principal instrumento de registro da observação participante é o diário de campo (MINAYO, 2015). A autora em referência a outro autor, Malinowski (1984), acrescenta que "há uma série de fenômenos de grande importância que não podem ser registrados por meio de perguntas ou em documentos quantitativos, mas devem ser observados *in loco*, na situação concreta em que acontecem" (p72) como:

a rotina de um dia de trabalho, os detalhes do cuidado com o corpo, a maneira de comer e preparar as refeições; o tom das conversas e da vida social ao redor das casas (...), a existência de hostilidades,

de simpatias e antipatias entre as pessoas; a maneira sutil, mas inquestionável em que as vaidades e ambições pessoais se refletem nas reações emocionais dos indivíduos. (idem)

De acordo com (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1999, p.29) “antes mesmo de engajar um diálogo mais sistemático com a comunidade, o pesquisador pode ir desenhando um perfil provisório do grupo” através das observações feitas. Minayo diz ainda que “a visão que o investigador constrói sobre o grupo [...] depende das pessoas com quem travar relações” (2015, p.74), por isso é importante estar o mais presente possível e aberta a desenvolver convivências múltiplas. Estar na comunidade permite aguçar a sensibilidade sobre o “não-objeto” escolhido e perceber as demandas da população e do ecossistema como um todo.

A técnica utilizada para analisar os dados será a partir da *análise de conteúdo*, da francesa Laurence Bardin (1977). A análise de conteúdo busca compreender para além dos significados imediatos (BARDIN, 1977), as estruturas, características e modelos por trás da mensagem inicial (CÂMARA, 2013).

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo busca estabelecer uma correspondência entre a estrutura semântica da fala/escrita e as estruturas psicológicas, sociológicas, históricas e políticas. Parte dos aspectos particulares da palavra (e não dos aspectos coletivos da língua) (BARDIN, 1977). Para ela, “a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens” (1977, p.44), são saberes deduzidos dos conteúdos (BARDIN, 1977), a autora compara o analista a um detetive.

A análise de conteúdo pode ser entendida como um conjunto de técnicas de análises de comunicação, consistindo em um método empírico, que deve ser reinventado a cada momento a depender do objetivo e domínio propostos (BARDIN, 1977). No mesmo trabalho a autora coloca que a análise de conteúdo se divide em três fases fundamentais, sendo elas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento de resultados (a inferência e a interpretação).

A pré-análise funciona, basicamente, como a organização, o procedimento do trabalho, a preparação dos dados. É o ato de sistematizar as ideias iniciais, estabelecer um programa que pode ser flexível, permitindo a introdução de novos procedimentos ao longo do trabalho (BARDIN, 1977).

A autora define três missões dentro da pré-análise: a escolha dos documentos, a formulação de hipóteses e objetivos e a seleção de indicadores para a fundamentação final. Essas três missões não necessariamente ocorrem de forma cronológica (BARDIN, 1977), podem se misturar e uma estar condicionando outra, atuando de forma interdependente. Para essa fase inicial, a autora recomenda que se faça uma *leitura flutuante*, um primeiro contato com os documentos que serão analisados. Sugere deixar-se invadir por orientações e impressões - tal qual as ondas do mar, que oscilam, invadem- e, aos poucos, a leitura vai se tornando mais precisa, onde, possivelmente, as teorias emergem (BARDIN, 1977).

A escolha dos documentos consiste na definição do *corpus* do trabalho, ou seja, o conjunto de documentos para análise (BARDIN, 1977). Tudo que estiver dentro do corpus deve ser analisado, nada deve ficar de fora, além disso a amostra analisada (amostragem do universo) deve ser representativa do todo (BARDIN, 1977).

O ponto seguinte é a preparação do material reunido para a análise a seguir. A exploração do material refere-se codificação da linguagem, à extração dos elementos presentes nas falas, agrupando-os em categorias e recortes (BARDIN, 1977; CÂMARA, 2013). Essa fase está diretamente ligada a anterior, é sua continuação, a aplicação do que foi preparado durante a pré-análise (BARDIN, 1977). É o processo de descrição das características presentes na fala. A codificação permite que se chegue à representação do conteúdo.

Em referência às *palavras ocas* (palavras vazias de significado) de Paulo Freire(1987), buscar-se-á o contrário, as palavras cheias, de significado, representatividade e presença, palavras casa, as palavras ócas.

O tratamento dos resultados tem por base a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977). A inferência é a etapa intermediária, e a interpretação é o processo de atribuição de sentido/significado às características. Transformar os resultados brutos em significados, ou buscar o sentido por trás do imediatamente apreendido (CÂMARA, 2013). A interpretação é a relação entre os dados e a fundamentação teórica (CÂMARA, 2013).

Nesse trabalho nos apoiamos sobre a análise de conteúdo qualitativa, que se baseia em técnicas voltadas à temática (um tipo de recorte, que pauta a divisão da fala em tipos, e não em quantidade/frequência) (BARDIN, 1977). A codificação por

temas busca descobrir os núcleos de sentido da comunicação (BARDIN, 1977). Esse tipo de categorização é bem adequado para entrevistas, como no caso desse trabalho, não-diretivas (BARDIN, 1977), já que os temas são mais relevantes que a sua frequência.

Dentro das técnicas de análise de conteúdo, optou-se aqui, pela análise de enunciação. A análise de enunciado possui uma concepção acerca da comunicação como um processo e não como um dado. Segundo Bardin (1977, p.170) “[o] discurso não é um produto acabado mas um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, de incoerências, de imperfeições.” A análise da enunciação não parte de qualquer hipótese interpretativa antes que seja feito o estudo do discurso (BARDIN, 1977).

A autora atribui a esta técnica, adjetivos como maleável, manejável, operatória e produtiva, desviando-se de estruturas formais e a relaciona como ferramenta exitosa aplicada às entrevistas de caráter semi-estruturado ou abertas (BARDIN, 1977), de natureza desta pesquisa. Sobre esse tipo de entrevista a autora destaca o dinamismo do discurso, “uma elaboração do pensamento *aqui e agora* ligada à elaboração da palavra” (1977, p.173), uma mistura entre construção do discurso e emergência do inconsciente (idem).

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Recolocando os pés na terra: A mente vai onde os pés pisam.

Com o início do mestrado em setembro de 2016, senti que deveria voltar à Praia do Sono o mais breve possível, para aumentar o contato com o local de minha pesquisa. E assim, pude ir já em outubro a fim de recolocar os pés na terra e começar a me introduzir no contexto caiçara.

Como disse no começo dessa escrita, este é *um projeto sem pretensões de salvar o mundo sozinho, mas com a humildade de aprender, com pé no chão e olho no olho, a cada dia.*

As primeiras visitas à praia após o ingresso no mestrado foram muito importantes, mesmo com o projeto de pesquisa não completamente estruturado e, talvez, principalmente por isso. Nessas idas a campo, pude observar e vivenciar muitas coisas, sob muitos aspectos, e elaborar um rascunho de diagnóstico para avaliar carências, desafios e potencialidades da comunidade e também do meu trabalho.

Com isso, pude direcionar melhor o foco da pesquisa, de acordo com a realidade local atual e de acordo com minha subjetividade. Quanto a essa dinâmica cíclica e integrada da pesquisa, destaco trecho da autora Minayo (2015, p.75) que se mostrou verdade na prática e aponta que:

[O] processo de trabalho de campo nos leva, frequentemente, à reformulação de hipóteses ou, mesmo, do caminho da pesquisa. Enquanto construímos dados colhidos e os articulamos a nossos pressupostos exercitamos nossa capacidade de análise que nos acompanha em todas as fases.

Durante o trabalho de campo o ato de ouvir é mais importante do que o de falar, como foi o buscado. Em todas as idas foi efetuada a observação participante (OP), munida do caderno de campo. Somando as datas de todas as idas, temos um total de 57 dias, praticamente dois meses, dentro dos 2 anos de duração do mestrado.

O período de três semanas que permaneci na comunidade foi a experiência em campo mais longa da pesquisa. Entendo que a imersão teve duração suficiente, para sentir a atmosfera local e me deixar afetar, sem, no entanto, estar

demasiadamente imersa, o que pode confundir o olhar de pesquisadora, não conseguindo o afastamento necessário para realizar a pesquisa e a análise.

Acredito que a ida por um período mais longo, possibilitou uma vivência mais concreta de como é a vida na comunidade, um amadurecer maior de relações com os moradores e um distanciamento do sentimento e da aparência de turista. Explico: as idas até a praia, quando por poucos dias, não permitem o contato com tantos membros da comunidade, colaborando para uma visão minha enquanto apenas turista. Com a possibilidade de uma vivência mais longa, fato não tão comum entre os turistas, é mais fácil evidenciar outras faces, como a de pesquisadora. Essa foi uma das dificuldades sentidas, conseguir fazer essa diferenciação para a comunidade (entre turista e pesquisadora). Por um lado, é bom, pois evita um distanciamento inicial que a ideia de pesquisadora pode suscitar aos moradores.

Sobre a atuação científica com comunidades, Gerhardt (2007) destaca os limites da pretendida abordagem participativa. Questiona a forma como estão sendo tratadas tais populações e os papéis que lhes são atribuídos nessas pesquisas. Denuncia o caráter etnocêntrico, populista e autoritário de algumas abordagens participativas ou que desejam ouvir as opiniões das populações através do que chama de um discurso pseudoparticipativo. A presente pesquisa buscou ter muito cuidado de não seguir tais posturas.

Então, já com maior conhecimento em relação à comunidade e seu contexto, foi possível a realização das entrevistas. A ideia inicial da pesquisa seria realizar entrevistas semi-estruturadas utilizando-se do aparato de gravador. Porém, no decorrer na pesquisa, senti que o gravador poderia trazer um certo desconforto para alguns caiçaras e percebi que o roteiro que eu havia previamente elaborado se desfez na prática. Dessa forma, abandonei a ideia do gravador, mantive o caderno de campo atualizado e optei por entrevistas de caráter mais aberto, que se apresentaram em forma de conversas permeadas pela coloquialidade, em tom informal e aberta aos temas que pudessem surgir.

Como optou-se por realizar, dentro da análise de conteúdo, uma análise de enunciação, de acordo com Bardin (1977), a quantidade de entrevistas não é tão importante quando a intensidade de análise posterior. Portanto, não se buscou uma quantidade numerosa de entrevistas, mas sim que estas fossem representativas e

bem analisadas (Bardin, 1977). Foram seis conversas mais longas além de outros encontros mais breves na praia.

Intencionava entrevistar moradores a fim de preencher critérios de representatividade de gênero e geracional. Esta pesquisa vê com muita importância ouvir as mulheres caiçaras, os anciãos e os jovens. No entanto esse objetivo metodológico não foi plenamente alcançado.

Dentre essas seis pessoas com as quais conversei mais extensamente nas entrevistas, quatro eram homens e duas mulheres, dois eram membros anciãos da comunidade e os demais constituíram um espectro até amplo dentro da idade adulta. Ou seja, compreendo que a paridade de gênero deveria ter sido alcançada bem como a representatividade da juventude, no entanto não consegui consolidar tais canais de comunicação com os moradores que representam esses grupos.

A escolha dos atores entrevistados se baseou principalmente em dois pontos: nas relações pessoais estabelecidas até o momento, por acreditar que dessa forma seria maior a possibilidade de que os moradores se sentissem à vontade para se expressarem com desenvoltura, e nas observações feitas a fim de identificar perfis de liderança na comunidade. Além disso, busquei conversar tanto com caiçaras que trabalhassem diretamente com o turismo praticado na praia como outros que não. Afinal, as entrevistas ficaram um pouco restritas ao segmento que mais se vê circulando pela praia, os homens adultos.

#### **4.2 As sete experiências em campo**

A vivência em campo foi parte essencial da pesquisa. Descrevo aqui a colheita relativa a cada uma das sete idas, realizadas nas seguintes datas:

- I. De 15 a 21 de outubro de 2016;
- II. De 28 de dezembro de 2016 a 05 de janeiro de 2017;
- III. De 20 a 23 de janeiro de 2017;
- IV. De 17 a 19 de junho de 2017;
- V. De 22 de setembro a 14 de outubro de 2017;
- VI. De 29 de dezembro de 2017 a 08 de janeiro de 2018;
- VII. De 12 a 18 de fevereiro de 2018.

## I.

A primeira visita a campo foi de quase uma semana, entre os dias 15 e 21 de outubro de 2016. Observar, essa era a palavra-chave dessa ocasião. Observei desde o trajeto para a praia.

Optei por ir através de trilha e logo na entrada para ela já reparei que a placa de acesso se encontrava bastante desgastada e pouco visível. A trilha para a praia do Sono sai da Vila Oratório, tem cerca de 3km e tempo de percurso estimado em 1 hora. A trilha conta com bastante cobertura vegetal e alguns trechos íngremes (conforme mostra a Figura 2). A maior parte da trilha é sombreada e por dentro da mata, mas no trecho final existe um mirante de onde se pode observar a praia (conforme mostrado na Figura 3) que funciona quase como uma primeira recompensa pela trilha percorrida.

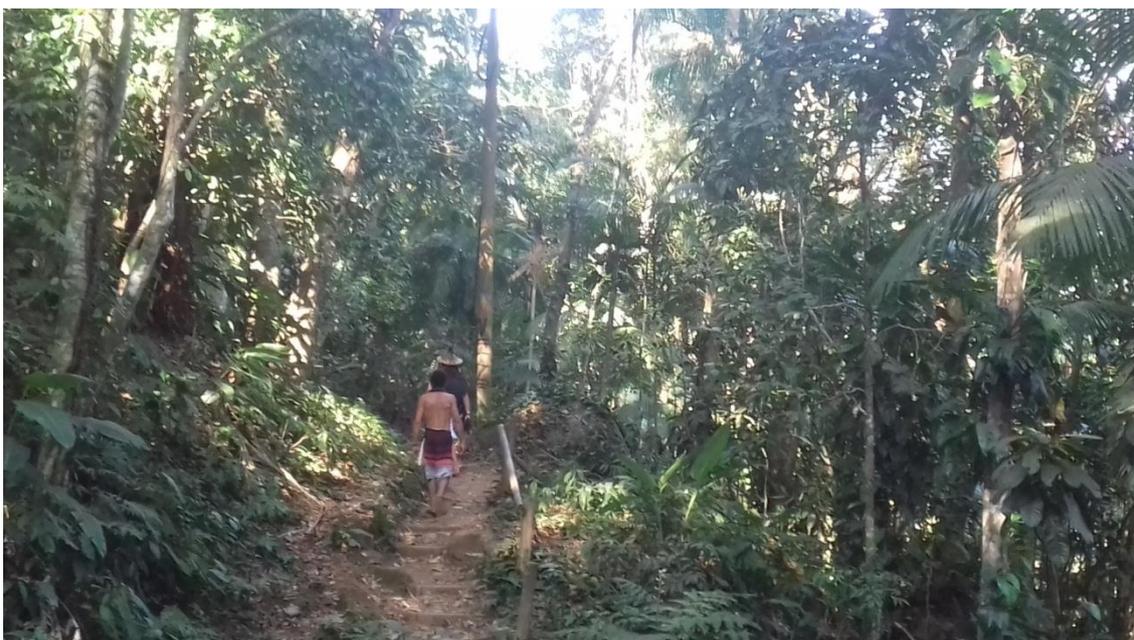


Figura 2: Foto de trecho da trilha de acesso à comunidade (out/2017)



Figura 3: Vista da praia a partir do trecho final da trilha de acesso (out/2017)

Quando chove muito a trilha fica bastante escorregadia e alagada em certos trechos, às vezes pode deixar até alguma árvore caída, dificultando a passagem, principalmente de pessoas com algum tipo de dificuldade motora ou de idade mais avançada. Eu mesma já passei pela trilha em condições bem difíceis, o que fez com que o tempo de percurso aumentasse bastante.

A manutenção da trilha é feita com apoio dos órgãos ambientais, mas também por parte da iniciativa e trabalho dos caiçaras. É importante salientar que a trilha é acesso dos turistas, mas também de muitos moradores quando precisam ir até a Vila Oratório, Laranjeiras ou Paraty.

Quando cheguei à comunidade, observei que aconteciam pequenos reparos nas casas e bares, começavam a se preparar para o verão que já chegaria. É importante assinalar, que, quando falo em verão, não é estritamente durante os dias da estação, mas da alta temporada, que vai mais ou menos de novembro a março. As estruturas exigem manutenção, como, por exemplo, nas caixas de gordura, ou então retocar os letreiros dos estabelecimentos e dos barcos.

Existe uma questão sobre a pintura dos letreiros, que é o fato de muitos caiçaras não saberem ler e escrever direito. Esse é um dos trabalhos que faz o Vidal, que não é caiçara do Sono mas já mora na região há bastante tempo. Ele não possui estabelecimentos, pinta paredes, placas, barcos, principalmente antes do verão. Apertado de renda, ele me diz que “viver no paraíso custa caro.”

Apreendi ainda com Vidal sobre a terramicina (*Alternanthera brasiliana*), uma planta medicinal facilmente encontrada na praia que possui propriedades anti-inflamatórias e cicatrizantes. Apreendi na prática e depois encontrei na literatura sobre as plantas medicinais no Sono (BRITO, VALLE, 2011).

Outro assunto que conversamos foi sobre energia solar. Vidal disse que uma boa coisa seria energia solar no Sono. Fez referência a um conhecido nosso em comum que mora na comunidade vizinha de Ponta Negra e que possui placa solar em casa. Concordamos que seria bom para a autonomia da comunidade, e para o ambiente, principalmente na alta temporada quando o abastecimento da luz elétrica cai mais frequentemente.

Com relação à infraestrutura, a Praia do Sono conta com energia elétrica pública desde 2009 (SOUZA,2017), conquistada através do projeto Luz para Todos do governo federal. A chegada da energia elétrica foi um marco para a comunidade, ainda bastante recente em um contexto histórico, viabilizando inclusive o turismo da forma como se dá atualmente. A comunidade vizinha, da Praia de Ponta Negra, (que possui um acesso ainda mais difícil) ainda não contava com o fornecimento da rede elétrica no início deste projeto de pesquisa. No entanto, enquanto estive em campo na comunidade, pude ver os funcionários da empresa (Enel) trabalhando para sua efetivação, já concluída.

Nesses dias no Sono descobri também sobre a coleta de lixo. Eu já sabia que os resíduos eram recolhidos por via marítima, única opção viável, mas não sabia a frequência. Uma vez por semana, às terças-feiras. Ao longo das idas a campo, pude vivenciar momentos em que o barco não passou por vários dias, acumulando resíduos e saturando a praia com sacos de lixo amontoados, criando uma possibilidade de contaminação e causando a atração de animais silvestres.

## II.

A segunda ida a campo foi para o feriado do ano novo, chegando dia 28 de dezembro de 2016 e retornando no dia 05 de janeiro de 2017. A escolha da data do ano novo é muito relevante, pois é quando a praia fica mais cheia, recebendo um grande número de visitantes e garantindo, em média, uma renda fundamental para o ano que virá. E a praia realmente fica cheia, da ordem de milhares de pessoas. É

tradição do ano novo, no Sono, a queima de uma grande fogueira no meio da praia para celebrar a transição de ano.

Foi depois do ano novo, nos primeiros dias de janeiro, que conversei com Jadson, que já foi presidente da associação de moradores, e apresentei minha pesquisa e minhas intenções. Nessa conversa ouvi bastante sobre os conflitos. Jadson me contou sobre a história com o grileiro Gibrail e atualmente com o Condomínio Laranjeiras, que impõe várias restrições aos moradores e ao acesso à praia, como já dito aqui. Jadson inclusive enfrenta um processo judicial por parte do condomínio por ter caminhado a pé em seu interior. Dentre as restrições impostas, está o transitar enquanto pedestre. Assim, os caiçaras e turistas só podem circular por meio de uma van disposta a eles por parte dos milionários com horários determinados.

O fato de a comunidade do possuir uma associação de moradores, a Associação de Moradores Originários da Praia do Sono (AMOSONO), é fundamental para reunir as demandas da comunidade e para sua representação externa frente os conflitos além de outras atividades.

### III.

Voltei à praia algumas semanas depois, ainda em janeiro, entre os dias 20 e 23. Destaco dessa vez a ida para a praia do Sono de barco, a partir de Martim de Sá, outra comunidade caiçara da REJ. Foi quando pude ver pela primeira vez a cachoeira do Saco Bravo (Figura 4). O local é um ponto de grande beleza cênica e atrativo turístico, consiste em uma cachoeira que deságua na beira do mar. No entanto, de acesso não tão fácil. Para chegar ao Saco Bravo são necessárias horas de caminhada, saindo da Praia do Sono e passando pelas praias de Antigos, Antiguinhos e Ponta Negra e ainda além. A trilha não é tão fácil e é aconselhável fazê-la com guias locais. Apesar da dificuldade de acesso, é um ponto também bastante atraente aos turistas. Ou seja, consiste em um produto turístico interessante de se fazer sob a perspectiva do ecoturismo comunitário.



Figura 4: Cachoeira do Saco Bravo vista de barco pelo mar (Jan/2017).

Nesses dias no Sono, conheci turistas de São Paulo, Salvador e Buenos Aires. Encontrei também um turista que havia ido para o ano novo e ainda estava pela praia. Quando em Martim de Sá, nos dias anteriores, também encontramos alguns turistas que haviam permanecido na praia desde o feriado de réveillon. Percebi que existe um nicho de turistas que é interessado em dispendir uma quantidade maior de dias nas duas praias, e que existem muitos turistas recorrentes, que estão constantemente nas comunidades. Muitos são já conhecidos dos caiçaras. Em alguns casos, em ambas as praias, esses turistas estendem o prazo de estadia realizando também trocas não monetárias, como o serviço nos campings e bares. Esse é mais um aspecto onde se identificam pontos que fogem à lógica do sistema capitalista e se enquadram nos elementos da sociologia das emergências.

A viagem a Martim de Sá foi por motivo de um trabalho em campo referente a um curso de verão do mestrado, que agregava uma disciplina sobre planejamento e gestão do turismo e outra sobre populações tradicionais. Éramos um grupo formado por estudantes e professores a fim de ouvir a comunidade e os turistas por cerca de quatro dias. Martim de Sá é uma praia e uma comunidade bem menor, consistindo em uma única família, nas suas várias gerações e desdobramentos. Lá não há rede elétrica e a energia vem de gerador e de placas solares. Apesar das diferenças contextuais das duas comunidades, existem semelhanças em relação aos desafios,

como a disputa pelo território e os aspectos culturais e turísticos, em diferentes escalas.

Os caiçaras dessa praia passaram por um processo recente de luta pela terra onde também tiveram de lutar na justiça contra um grileiro que se dizia dono da terra (MONGE, 2012). No entanto, nesse caso, Martim de Sá é um exemplo onde os turistas, que viraram visitantes, que viraram amigos, constituíram uma rede de apoio à comunidade (MONGE, 2012) e puderam ser também agentes de mobilização durante o processo judicial.

#### IV.

A quarta experiência de campo no Sono foi nos dias 17,18 e 19 de junho de 2017, sábado, domingo e segunda. Sexta-feira havia sido feriado e, apesar de ser baixa temporada, é um momento que exige sempre atenção e trabalho na comunidade.

A partir dessa experiência em campo, me estabeleci em um camping onde me mantive até o final das idas durante a pesquisa. O local, vide imagem a seguir (Figura 5), traduz bem o clima dos campings à beira mar, quintal de areia e com árvores frutíferas plantadas.



Figura 5: Foto do camping onde fiquei a maior parte do campo (out/2017).

Passado o final de semana, fui procurar o Jadson em sua casa, mas encontrei portas e janelas fechadas. Uma senhora me avistou do quintal e avisou que ele

saíra, era sua mãe, Dona Iracema. Ela me disse que o filho havia ido a Paraty. Era segunda-feira e muitos caiçaras vão à cidade às segundas, para resolver coisas, ir ao banco, ou comprar suprimentos. Me apresentei e começamos a conversar, e caminhando pelo quintal ela me perguntou se eu não gostaria de conhecer sua casa. Aceitei, claro.

No quintal eles tinham um pequeno cultivo de hortaliças, “mas hoje ninguém mais planta”, disse-me ela, “dá muito trabalho, e as pessoas não querem trabalhar muito”. Existe uma diferenciação forte na percepção do tempo de ontem e de hoje por parte dos caiçaras, principalmente dos mais velhos (CAMARGO, 2013), como fica evidente nessa experiência que aqui relato. Ainda sobre a agricultura na comunidade, destaco trecho da autora Cavalieri sobre o tempo de antigamente na comunidade (2003):

Os moradores do Sono chegavam a produzir dois mil cachos de banana por mês, além da farinha de mandioca, do peixe salgado, dos ovos de galinha, feijão e milho, que eram transportados numa viagem de mais de quatro horas a remo até o centro de Paraty.

Chegamos a sua casa, um pouco acima da casa do filho e ficamos conversando sentadas no sofá, enquanto as galinhas entravam pela porta para cumprimentá-la, “são tudo que nem meus filhos!” disse rindo um pouco.

Ela e seu marido têm cinco filhos, além de uma filha já falecida. Ela me contou que mesmo quando estava grávida ia cortar lenha no mato. Disse que antes eles buscavam lenha lá longe no caminho do Poço do Jacaré, a cachoeira que fica um pouco acima da comunidade. Por esse caminho também já passou uma pequena estrada, que foi aberta na época do grileiro Gibrail. Mas faz muitos anos que não existe mais esse acesso.

O rio que passa pela comunidade é também o rio que a abastece, sendo os pontos de captação acima da cachoeira, onde não se permite o banho. A cachoeira do Poço do Jacaré é um ponto de grande atratividade e beleza, sendo quase uma parada obrigatória para os turistas. É também onde muitas crianças e jovens locais se divertem ao longo do ano. Seguindo o fluxo, o rio deságua na região da barra, onde se encontra com o mar em um cenário muito belo. Falando sobre os pontos mais atrativos da praia, Dona Iracema destacou, como uma de suas preferências, a beleza do Canto Bravo, que fica no extremo oposto da barra. Lá o mar fica mais

agitado por bater nas rochas do final da praia, próximo à entrada da trilha que vem da Vila Oratório.

Dona Iracema então me pergunta se eu já almocei e se não gostaria de almoçar lá. Aceitei. Pedi-me para chamar seu marido lá fora enquanto ela arrumava a mesa. Assim conheci Seu Dácio, seu esposo.

Seu Dácio me falou da sua história de vida. Foram muitos anos trabalhando na pesca, nove deles sem voltar ao Sono (foi para o sul, para Florianópolis, depois foi para Ilha Grande, Cabo Frio...), mas diz que hoje a pesca já não é a mesma coisa. Há, segundo ele, uma acentuada diminuição de peixes em todos os mares. “Antes não era assim... Ah a gente pescava aqui e ia vender em Paraty, mas era muito peixe... Hoje não é mais assim... Às vezes eles lá usam peixe congelado mesmo, diminuiu muito o peixe fresco”, diz ele. Faz então referência a uma passagem bíblica: “o mar negará os seus peixes aos homens”. Seu Dácio é bastante religioso e me contou de quando tentou montar uma igreja ao lado de sua casa. A igreja funcionou por um ano mais ou menos e depois não tiveram recursos para mantê-la (hoje é seu filho que mora na casa).

Seu Dácio diz que hoje as coisas mudaram muito no Sono. Destaca o álcool e as drogas como um problema atual que destrói vidas e famílias. Um problema principalmente para os mais jovens, segundo ele, que ainda não sabem muito e podem ser iludidos com palavras e falsas promessas. A segurança foi outro ponto levantado por ele, que fez referências ao Pouso da Cajaíba, outra comunidade das proximidades. Disse que lá já parece a cidade, com roubos e drogas. Falamos sobre o estado da cidade de Paraty, que está muito violenta. Paraty é um município que tem de localização estratégica entre os centros de São Paulo e Rio de Janeiro. Dessa forma, também o tráfico de drogas tem interesse em dominar a região, fazendo com que Paraty tenha vivido um aumento de situações de violência.

A visão que ele passou não foi muito esperançosa. Parecia estar cansado e disse que o mundo ia “de mal a pior”. Percebi o seu medo de que o rumo do Sono seja esse também. Ele diz que não é bom que caiçaras em geral vendam suas terras para pessoas de fora, “[pessoas que] A gente nem conhece... Não dá pra confiar. [sendo assim,] é melhor alugar do que vender, né?” conclui. Disse ele com relação a terrenos que já foram vendidos por caiçaras a pessoas de fora, incluindo aí toda a experiência já vivida relativa às tentativas de grilagem de terras.

Dona Iracema, muito tranquila, me olha nos olhos e cuida de seu Dácio. Ele já teve dois derrames e hoje anda com um pouco de dificuldade. Ele tem 76 anos, eu não soube a idade de D. Iracema. Os dois falam com orgulho do filho Jadson“– é muito esforço que ele já fez, muita gente não reconhece (...) Foi Jadson que correu atrás de conseguir que a luz chegasse à comunidade” me contam, com relação a inserção da comunidade através do projeto Luz para Todos, do governo federal. Com as ações contra o Condomínio Laranjeiras, idem. Destacaram a dificuldade de organização e participação da comunidade. “Ele não teve estudo (só o básico), mas a mente dele é muito boa!” continuou sua mãe. Lembraram também da luta com relação à escola e citaram a falta de professores, “antes era uma professora só. Hoje já são três ou quatro”.

Dona Iracema diz que devem todos cuidar bem dos seus negócios e também que precisamos conservar a natureza que Deus deu. É um presente, chegamos à conclusão. Depois do almoço agradei e me retirei, era a hora deles tirarem a sesta. E foi assim que acabei almoçando e trocando alguns dedos de prosa com um simpático e acolhedor casal de anciãos caiçaras.

## V.

A quinta experiência em campo foi também a mais intensa, uma imersão na praia de três semanas, de 22 de setembro a 14 de outubro de 2017, somando 22 dias na comunidade. Como a estadia seria maior dessa vez, portanto com mais itens a se levar, fui de barco. No cais do condomínio Laranjeiras pude fotografar a placa que aparece na Figura 6. A placa trata de instruções e restrições, dirigidas aos turistas, sobre o acesso de barco à praia, como a quantidade de bagagem a ser levada e o horário permitido de passagem.



Figura 6: Placa informativa aos turistas por parte do Condomínio Laranjeiras

Enquanto estive lá, houve uma reunião entre moradores (do Sono e da Vila Oratório), o Condomínio Laranjeiras e o poder público em Paraty. Não consegui estar presente, mas soube que foram representantes de ambas as comunidades. Jadson me contou que adotou-se, por parte dos caiçaras, a metodologia de realizar reuniões preparatórias nas respectivas comunidades antes da reunião geral. A reunião tinha por objetivo dialogar sobre medidas adotadas pelo condomínio e as demandas caiçaras, mas não fiquei sabendo os detalhes.

Jadson me disse que seria uma semana intensa de reuniões, havia mais uma do Fórum de Comunidades Tradicionais e outra com um procurador sobre os conflitos com o Laranjeiras. Dividiu comigo um pouco sobre as dificuldades que a associação enfrentava e que já estavam mais de ano para montar a nova gestão, “Falta gente, falta tempo... E ainda tem a vida, né?”. Realmente, é muita demanda.

Neste tempo em que estive na comunidade, reencontrei amigos na praia e tive tempo de ter outras conversas. O Claudinho eu conhecera ainda em 2012, na primeira vez que estive na praia, quando fiquei em seu camping. Por vezes o via voltando da pesca ao final da tarde, ele é uma pessoa bem ativa e ama o mar.

Quando conversamos sobre a minha pesquisa ele logo veio me contar de uma ideia sua. Ele juntara uma série de fotos antigas de moradores da comunidade e disse que quer fazer um mural na cozinha do camping. “As pessoas mais antigas vão morrendo e os mais novos às vezes nem conhecem...” A cultura caiçara muito e

baseia na oralidade, no entanto muitos saberes podem se perder se não houver esse compartilhar de gerações. Por isso é importante que se mantenha acesa a escuta e o respeito aos mais velhos. Não consegui, infelizmente, ver as fotos, pois ele as emprestara a um amigo de São Paulo que disse que iria tratá-las e ampliá-las para fazer o mural. Disse-lhe que achava a ideia incrível e que concordava que essa era uma ação muito importante. Ele está, na verdade, atuando para registrar e manter viva a memória da comunidade.

Claudinho também tem parentes em Provetá (na Ilha Grande) e em outros lugares. Tem uma família grande. Vive sozinho no Sono, mas recebe sempre visitas. Ele namora a Ana, a conheci também, que é professora em São Paulo, onde mora e só consegue ir vê-lo nos feriados e nas férias. Ela confeccionou várias plaquinhas pintadas com informações aos turistas sobre disposição do lixo seco e úmido para colocar na cozinha do camping. A cozinha, geralmente, é a única área comum dos campings, onde as pessoas interagem e cozinham, ora coletiva ora individualmente.

Conversando com Vidal falamos sobre a proposta que existe a respeito da construção de uma estrada que passaria pelo caminho da cachoeira, onde outrora já existiu a estrada improvisada. Conversamos sobre os prós e contras a respeito da estrada. Existe o risco de descaracterização da comunidade e aumento expressivo de um turismo massivo, como ocorreu em Trindade. Ele sugere que só tenham autorização para trafegar os carros de serviços, como ambulância, bombeiro, órgão ambiental, carro escolar e do lixo e uma van – organizada pelos moradores - que fizesse o transporte deles próprios e dos turistas. Alguns dos moradores mais velhos acham a ideia boa por facilitar o transporte no caso de problemas de saúde, por exemplo. Outros, como acham que não é solução. Uma indicação é que talvez seja mais válido garantir a estrutura de saúde, por exemplo, na comunidade do que viabilizar a saída da mesma.

Nesses dias pude ver também a presença dos guarda-parques. Eram três, um dos quais caiçara e morador da comunidade. Segundo eles falta diálogo entre os órgãos ICMBio e INEA. Um dos trabalhos de conscientização que estavam tentando emplacar no momento é para evitar que turistas cheguem à praia levando animais de estimação, o que é proibido nas reservas ambientais. Segundo eles, muitos turistas chegam à localidade sem conhecer as restrições das unidades de conservação.

Uma das conversas que mais me tocou foi com a Janete. A Janete não é caiçara nativa do Sono, mas casou-se lá e mora na comunidade há quase 20 anos. Sua família tem residência na comunidade do Pouso. Segundo ela, apesar do tempo em que mora lá, ainda sente uma resistência por parte dos nativos aos que vem de fora. Janete é uma mulher que traz força e doçura, tem um charmoso bar trabalhado no pau-a-pique na beira da praia onde serve seus quitutes. Em nossa conversa Janete falou sobre um momento de “esquecimento da terra” na comunidade. Segundo ela, hoje, as pessoas estão preocupadas com outras coisas. Ela se emociona quando fala da natureza: “O que as pessoas estão fazendo com a natureza?...” No bar ela separa o lixo, amassa as latinhas e coloca-as em sacos separados. Ela gostaria que tivessem mais iniciativas ambientais na comunidade.

Ela fala também sobre mudanças culturais “As crianças às vezes não comem uma banana daqui, mas comem o biscoito que vem de fora”. Diz que muitas pessoas estão mais preocupadas com as aparências. A cultura hegemônica se impõe também porque cativa as outras culturas. A pesquisa de Ballabio (2010) discute as relações entre o turismo e as formas de consumo na comunidade do Sono. Aborda como as novas formas de relação de consumo se instalaram na praia, principalmente através do turismo, e como demonstram também um padrão de distinção social, óbvio, dentro de uma dicotomia que privilegia outro modo de ser, agir, pensar e consumir.

As culturas são dinâmicas e não estáticas, dessa forma, é natural que mudem, recebam influência e também influenciem outras. No caso, a cultura caiçara tem se adaptado como qualquer outro grupo social. Uma das mudanças mais marcantes foi a introdução do barco a motor ao invés do uso exclusivo dos barcos a remo, que facilitou enormemente a vida da comunidade e inclusive o desenvolvimento do turismo na praia, facilitando o transporte dos turistas. No entanto, ainda existem muitas práticas locais que se mantêm firmes, como a secagem do pescado que ainda ocorre nas praias e nos quintais e a confecção de redes de pesca.

Janete destacou também como muitas coisas se mantêm fortes na cultura, como as características de linguagem. Disse que há “uma forma de falar daqui” inclusive com coisas diferentes lá e no Pouso, como, por exemplo, o nome da flor do hibisco (*Hibiscus sp.*), que no Sono é conhecida como “mimo”.

Ao final da segunda semana no Sono vi Claudinho carregando alguns tijolos para refazer os banheiros do camping. No começo da empreitada havia mais um morador o ajudando, que precisou ir embora, então apareci e pude ajudá-lo. Claudinho ficou muito agradecido com minha ajuda, então, quando me despedi, ele me perguntou se eu gostava de mamão, acenei que sim e ele prontamente colheu um suculento mamão de seu quintal e me deu.

Quando estava voltando para “casa”, conheci a pequena Cecília, de seis anos, que estava catando pitangas pela praia. Ela mora no começo da praia, lá no Canto Bravo. Fui acompanhando-a até lá, estava voltando da escola.

A praia conta com uma escola da rede municipal que está ampliando seu atendimento para as séries do segundo segmento do ensino fundamental, que, até então, não eram contempladas. Existe um grande debate, local e para além das fronteiras da praia, sobre a luta caiçara pela educação e de educação diferenciada para as comunidades caiçaras. (YAMASAKI et al, 2014; SOUZA, LOUREIRO, 2015; SOUZA, 2017). A educação diferenciada parte do território, parte da identidade caiçara e da realidade local.

Enquanto isso, Cecília me falou sobre suas cores favoritas e me mostrou alguns trabalhos da escola. Lembrei-me do que disse Janete sobre sua preocupação com a alimentação atualmente, principalmente das crianças, mas felizmente a praia conta com diversas árvores frutíferas. Pitangueiras, mamoeiros, jabuticabeiras... E, apesar da introdução de alimentos industrializados, as crianças ainda sabem bem onde se encontram cada uma dessas árvores e suas respectivas épocas de dar frutos.

O feriado de 12 de outubro se aproximava e todos lá já esperavam os turistas que chegariam. Parecia que a semana inteira decorreria esperando o dia de Nossa Senhora Aparecida, esse costuma ser o feriado que marca o início da temporada. As pessoas trabalham se preparando para o verão e o ano novo. Muitas coisas se encontram em obra e reparos, como nos chalés, nos campings. É difícil e necessária a manutenção das estruturas. E desafiadora, pois como podem os caiçaras reconstruir e fazer manutenção das estruturas se não podem extrair materiais da natureza por conta das leis da reserva ambiental e nem podem trazer de barco por Laranjeiras?

Se existe a aposta na atividade ecoturística nas comunidades tradicionais (BRASIL, 2010), então é preciso que se viabilize estrutura para tal. Mas qual tipo de estrutura será necessária na Praia do Sono? Chalés com ar condicionado ou campings com área para barraca e chuveiro frio?

Como me disse a Janete sobre a questão da água quente, “por mim não precisaria”, me disse ela, pois, “quando se pensa em acampar já deveria se esperar e aceitar uma água fria”. Mas se não tem, continuou ela, “os turistas preferem ir para outro lugar que tenha”.

Nesse sentido, percebi que a questão vai para além da vontade dos caiçaras, mas sim buscando alcançar os desejos dos turistas. Ora, o turismo é um sistema que funciona através da demanda, onde os caiçaras muitas vezes se veem obrigados a modernizar suas estruturas ou aumentar seus serviços a fim de não perder os turistas (como se estes fossem seus clientes) para outros campings e destinos turísticos.

A relação entre o turista e o caiçara é um ponto que merece ser abordado agora. De acordo com minhas percepções, essa relação de turista enquanto cliente precisa ser revista, tanto pelo lado dos caiçaras, que não devem subjugar seu local por conta da preferência turística em detrimento de seu bem-estar, como também e principalmente, por partes dos turistas, que devem chegar com a humildade e respeito a uma comunidade tradicional. É muito importante que os turistas entendam que estão visitando uma área protegida que é território de uma população não urbana. Neiman e Mendonça caminham na mesma linha quando comentam que:

É preciso que o ecoturismo deixe de "preparar" os locais para receber o visitante e passe a preparar o visitante para conhecer os locais. O ecoturista que for educado a compreender e conviver com a diferença saberá reconhecer a riqueza dessa experiência. (2000, p.106)

Os caiçaras realizam diversas funções na comunidade. Eles fazem casa, banheiro, fossa, caixa de gordura, emendam encanamentos e passam luz. Porém, agora devem garantir estrutura para um número muito maior de pessoas do que a comunidade possui e que possuem hábitos e exigências culturais diferentes dos caiçaras. A eles coube a responsabilidade de gerir o território para o turismo.

Foi nessa época que vi os funcionários da ENEL trabalhando na expansão da rede elétrica até Ponta Negra, muitos dos quais caiçaras. Essa é uma atividade que serve como uma forma de renda complementar para eles, com um conhecimento a mais agregado.

Um dia estava sentada no extremo da praia, quando vi duas mulheres caiçaras que passavam com um saco recolhendo o lixo pela areia. A consciência ambiental se faz presente por boa parte da comunidade e também dos turistas, mas muito ainda pode avançar nesse sentido.

Essa imersão aconteceu cronologicamente após a banca de qualificação do trabalho, de modo que as discussões estavam muito frescas e em processo de digestão. Uma das questões que me ocupavam a mente era sobre se existia um sonho coletivo da comunidade.

No processo da banca e nas minhas impressões durante o campo, evidenciou-se a perspectiva comunitária não como um objeto estático, mas como uma teia de organismos, onde cada comunitário tem suas próprias subjetividades e projeções. Como aponta Santos (2002, p. 269) “As culturas só são monolíticas quando vistas de fora ou de longe. Quando vistas de dentro ou de perto é fácil ver que são constituídas por várias e por vezes conflituais versões da mesma cultura.”

A abordagem acadêmica por vezes pode usar termos/conceitos que sejam homogeneizadores do grupo em questão e que podem encobrir relações de poder e de desigualdades locais (GERHARDT, 2007). Por exemplo ao usar a expressão “todos” ou “a comunidade” poderia passar uma imagem estática e irreal da população caiçara.

E foi assim que constatei não haver uma única visão de futuro e gestão turística para a praia, por não existir uma opinião unânime dos moradores, mas um universo de pessoas e visões, convergentes em vários aspectos e divergentes em outros. Dessa forma, refleti que os pressupostos sobre os quais havia baseado a criação do projeto original talvez fossem idealistas demais. O contato com a comunidade me fez reconhecer que a realidade local é muito mais complexa do que eu esperava e havia contado.

## VI.

Fui ainda para o Sono, pela sexta vez, para o ano novo de 2017 para 2018, chegando dia 29 de dezembro e permanecendo até o dia 08 de janeiro.

Durante o ano novo tinha realmente muita gente. Talvez mais de 10 mil pessoas, conforme ouvi na praia de alguns caiçaras. Profissionais do INEA atuaram em uma banca, montada num ponto que dava acesso à trilha e à fila para os barcos, distribuindo alguns panfletos informativos da reserva e pulseiras de identificação de visitantes, com o objetivo de estimar a quantidade de turistas durante os festejos de ano novo. Porém a contagem não atingiu a todos, uma vez que muitas pessoas chegam à comunidade no período da noite, quando os agentes ambientais não estão trabalhando, ou em dias anteriores ao início da atuação.

Passada a virada de ano a praia se manteve cheia. No dia 5 de janeiro aconteceu o Cine-Caiçara realizado no camping da família do Jadson, que está atualmente sob sua administração. Ele havia organizado com ajuda de sua companheira a exibição de um compilado de materiais audiovisuais referentes à Praia do Sono e às comunidades caiçaras ao redor, incluindo material do Fórum de Comunidades Tradicionais.

Na área da APA do Cairuçu, além das comunidades caiçaras, encontram-se também outros povos tradicionais, como os quilombolas do Quilombo do Campinho e os indígenas (guarani) das aldeias de Araponga e Parati-Mirim. Compartilhando do mesmo ecossistema, mas para além das fronteiras da APA do Cairuçu e da REJ, outros grupos estão consistentemente presentes na região da Costa Verde do RJ e pelo litoral de São Paulo. Para resistir às ameaças e fortalecer as comunidades dessa região, foi criada uma articulação chamada Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, que existe desde 2007. A comunidade da Praia do Sono também faz parte dessa rede de articulação.

Na noite da exibição Jadson me procurou perguntando se eu poderia ajudá-lo com as demandas da atividade. Providenciaram divulgação e pipoca para distribuir aos presentes. Pude contribuir fazendo uma fala introdutória aos presentes, fazendo ajustes no projetor, comentando alguns vídeos, na distribuição da pipoca e no desmonte das estruturas ao final. Foi muito gratificante participar dessa atividade e ver a recepção das pessoas que assistiam, turistas e caiçaras, alguns deles que

se reconheciam nos vídeos e deixavam escapar sorrisos. A Figura 7 abaixo traz o registro de um momento da atividade do cine-caiçara.



Figura7. Foto da atividade do cine-caiçara realizado na praia no dia 5 de janeiro

## VII.

A sétima e última ida à comunidade foi durante o carnaval de 2018. Cheguei na segunda-feira de carnaval, dia 12 de fevereiro, e voltei na segunda seguinte, dia 18. O carnaval é o segundo feriado de maior movimento turístico para a comunidade. Eu cheguei à Praia já no meio do feriado, na segunda-feira ao cair da noite, logo em seguida caiu uma chuva torrencial. As chuvas naquela região são intensas, muitas vezes impactando o fornecimento de energia. A terça-feira de carnaval, dessa vez, não foi nada como a comunidade esperava. Com a chuva forte, parte do encanamento de captação da água se rompeu durante a madrugada e também o abastecimento de água ficou comprometido. Muitos turistas acabaram antecipando a volta por conta disso, outros ficaram e aguardaram.

Eu fiquei e observei, tanto o movimento dos turistas quanto dos caiçaras, empenhados em resolver a situação o quanto antes. Os caiçaras fazem as vezes de gestores e também de engenheiros e obreiros na comunidade, resolvem problemas

estruturais com relativa rapidez e sob as mais diversas circunstâncias. Além de pescar e realizar outras atividades tradicionais.

### **4.3 Ecologias de esperança**

Trazendo a discussão da sociologia das ausências e emergências (SANTOS, 2002) a respeito das lógicas excludentes – que produzem as não-existências – e das condições de esperança para a Praia do Sono, apresento alguns pontos.

Sobre a lógica linear de tempo, Santos (2002) sugere uma ecologia das temporalidades, onde as diversas experiências possam ser compreendidas como contemporâneas. Por exemplo, nesse caso o caiçara não é tido como atrasado com relação à vida urbana e o agricultor caiçara não é tido como atrasado em relação ao mercado do agronegócio. Isso abre a percepção do tempo para além da forma linear de progresso crescente (que coloca as atividades da pesca e da agricultura de subsistência nos níveis mais baixos de “desenvolvimento”), e assim outras formas, como a percepção cíclica de tempo, aparecem.

Nesse ponto apresento aqui uma observação quanto à cultura caiçara e a compreensão do tempo, a partir das experiências vivenciadas na comunidade. Dentro da vida na praia, o tempo está dentro de um olhar mais cíclico, que acompanha as estações do ano e suas sazonalidades. A vida depende de saber sobre as chuvas, as marés da praia, os ciclos da lua, quando tem mais peixe e de qual tipo. Antes dependia também de saber o tempo de plantio e colheita de cada cultura. A tradicional atividade da caça também é baseada na observação da natureza (CAVALIERI, 2003). Hoje isso já se modificou bastante, mas ainda assim a percepção geral está intimamente ligada ao conhecimento dos ciclos da natureza. A questão temporal, hoje, está também bastante relacionada à dualidade verão x inverno, por conta do movimento turístico.

Quanto a lógica produtivista, a sociologia das ausências (SANTOS, 2002) valoriza os sistemas alternativos de produção, a economia solidária e a da autogestão comunitária, através de um olhar de não subalternidade. O ecoturismo de base comunitária se encaixa nessa concepção não produtivista. Atua por um propósito e não apenas pelo consumo de um produto. Além disso, destaco a observação a respeito das trocas não monetárias, citadas já aqui, como o serviço nos campings em troca de estadia.

O encontro entre caiçaras e turistas representa um encontro de diferentes mundos e formas de se portar nele. Percepções que, ao encontrar-se, podem suscitar o compartilhar de conhecimentos e olhares. É o terreno da ecologia dos reconhecimentos. Segundo CAMARGO (2013), a cultura caiçara apresenta “valores, um tanto quanto ‘Alberto Caeiristas’, que necessitam longas reflexões e explanações para serem defendidos na cidade, [e] são compreendidos e reproduzidos pelos caiçaras sem muitas palavras.” Eu complementaria, bem como consta na epígrafe deste trabalho, com a adjetivação de valores um tanto quanto ‘Manoelistas de Barros’, que conferem grandes importâncias ‘às coisas desimportantes’ e procuram entender ‘o sotaque de suas origens’.

Seguindo a necessidade de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2002), em contraponto a lógica da monocultura do saber, os conhecimentos tradicionais devem ser reconhecidos e valorizados, a promoção das atividades culturais e de manejo ambiental são ótimas ferramentas para interação cultural e afirmação identitária caiçara.

#### **4.4 As organizações e conquistas emergentes**

O Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) possui um importante papel de articulação das lutas comuns entre os caiçaras, indígenas e quilombolas da região e traz como mote a frase “Preservar é Resistir”, no sentido da preservação da sociobiodiversidade local. A articulação entre povos e comunidades tradicionais é muito importante pois cria uma rede de apoio no território. Apesar de possuírem contextos próprios, são grupos que travam resistências parecidas frente ao modelo de desenvolvimento e em defesa de suas formas de interações com o ambiente.

Com o intuito de buscar dar reconhecimento (turístico e político) às comunidades da região, o FCT lançou o mapa coletivo de Turismo de base Comunitária em 2015, sendo entendido como uma estratégia de luta política e social em defesa da preservação de suas culturas, da natureza e da sua permanência nos territórios (MENDONÇA et al, 2017).

Dessa forma, em coletivo, puderam recém criar a rede Nhandereko de TBC do Fórum de Comunidades Tradicionais, visando a trocas de experiências e a construção de roteiros para o fortalecimento interno das comunidades. *Nhandereko* é uma palavra de origem guarani mbya que significa “o nosso jeito de ser” que é o

que a Rede entende como turismo de base comunitária. A carta de princípios da Rede Nhandereko se encontra nos anexos deste trabalho.

Abaixo o Mapa de Comunidades Tradicionais (Figura 8), disponível no site da Rede Nhandereko e elaborado pelo Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), formado por parte da Instituição Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) e do Fórum de Comunidade Tradicionais (FCT). O mapa apresenta as localidades onde existem populações tradicionais diferenciando-os em caiçaras (C), indígenas (i) e quilombolas (Q).

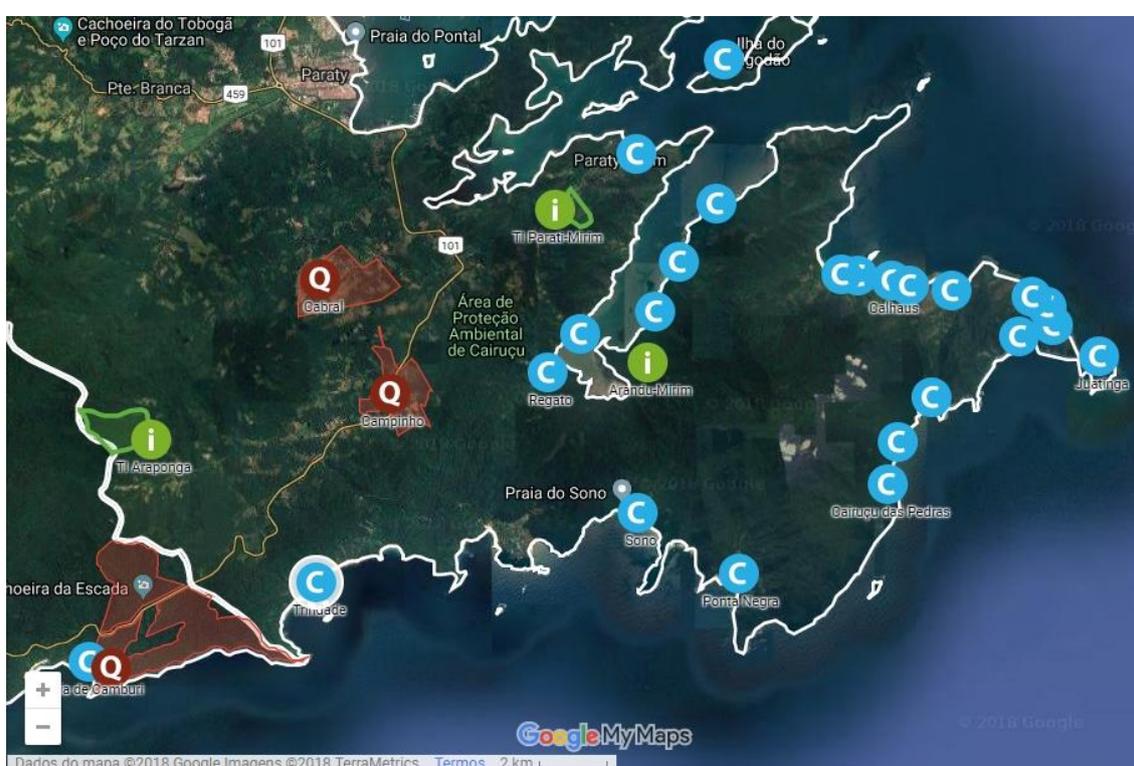


Figura 8: Recorte extraído do Mapa de Comunidades Tradicionais, disponível em: <https://www.redenhandereko.org/mapa?fbclid=IwAR3WuUq8gnazogaQLQRE11qGrQG5HrW WKC27vu5lzZWajRC1CJxHLy7ziYw>

Existe uma linda iniciativa que é a do Festival de Inverno da Praia do Sono, que em 2018 realizou sua décima primeira edição. O encontro consiste em uma grande exaltação aos elementos da cultura caiçara, para fortalecer sua identidade. Sua proposta é de se voltar para a própria comunidade e para as comunidades vizinhas mais do que para atrair turistas. Nesta mais recente edição a programação contou com uma corrida de canoa caiçara, apresentação dos bordados, brincadeiras tradicionais, roda de conversa sobre Turismo de Base Comunitária e apresentação

de canto e dança indígena com representantes das aldeias vizinhas que participam do FCT, entre outras atividades.

Além disso, a Associação de Moradores Originários da Praia do Sono (AMOSONO) é fundamental para reunir as demandas da comunidade, para sua representação externa frente os conflitos e para realizar atividades como essa e outras. Manter a dinâmica da organização é um desafio constante, mas existem pessoas dispostas a fazer esse movimento (ainda que em número menor do que o desejado).

Hoje também existe uma associação dos barqueiros, que se faz necessária por conta da organização que devem ter para dar conta de realizar o transporte dos turistas com segurança e eficiência. Inclusive uma das dificuldades dos barqueiros caiçaras é conseguir tirar a carteira de habilitação náutica, demanda vista também na experiência em Martim de Sá, uma vez que muitos são exímios navegadores e pilotos, mas não possuem a escolaridade exigida para a obtenção do documento. Nesse caso, os caiçaras possuem o notório saber, mas não preenchem os requisitos formais exigidos.

Existe também, na comunidade, uma rádio comunitária, a Caiçara FM, importante veículo de comunicação local e um ponto de cultura que no momento não tem desenvolvido atividades. Destaco aqui também a Associação de Surf da Praia do SONO (ASPS), que dá enfoque em ensinar e incentivar o surf entre as crianças e os jovens da comunidade e em promover a cultura de conservação da natureza. Além disso, existe o grupo Bordadeiras do Sono, que é um conjunto de mulheres que expressam através do bordado seus olhares sobre o modo de vida caiçara e o ambiente da mata atlântica que as cerca.

Um grande destaque hoje na comunidade do Sono é o Projeto Territórios Sustentáveis e Saudáveis, implementado em parceria entre a prefeitura de Paraty e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), que consiste na implantação de sistema de tratamento ecológico de esgoto na comunidade. O tratamento consiste na construção e utilização das bacias de evapotranspiração (BETs), técnica permacultural de baixo custo e grande eficiência ambiental. Alguns módulos já foram finalizados e outros ainda estão em andamento. A realização das BETs se dá de através de facilitadores externos, da ajuda dos moradores e também da ajuda de turistas.

Enquanto estive visitando a comunidade em trabalho de campo pude visitar um desses módulos que se encontrava em processo de construção. Segundo lideranças comunitárias, hoje já existem turistas que, sabendo desse trabalho, chegam à comunidade e querem ver as bacias existentes.

Soma-se à experiência em campo e aos estudos bibliográficos a participação em dois eventos sobre a temática estudada. Um deles foi o fórum de 10 anos do projeto Raízes e Frutos: Uma Vivência nas Comunidades Caiçaras da Península da Juatinga – Paraty/RJ da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em setembro de 2018. O projeto surgiu também através do conceito da ecologia de saberes, como um projeto de extensão em diálogo com as comunidades caiçaras da península da Juatinga. Através desse evento soube que na praia do Pouso da Cajaíba também acontece a construção de BETs. Inclusive, lá está a sede do IPECA, Instituto de Permacultura Caiçara, que tem como um de seus mestres permaculturais o caiçara Ticote.

Durante o encontro do projeto Raízes e Frutos foi possível perceber de forma intensa a bandeira da educação diferenciada como ferramenta essencial para a comunidade. Educação diferenciada é uma luta desses povos, que têm enfrentado desde sempre omissões do Estado para a garantia mesmo do acesso ao direito à educação básica. Isso reforça a posição de vulnerabilidade e injustiça para com essas populações. A educação diferenciada parte do território, portanto ela é inclusiva. Dessa forma, ela fortalece o sentido de identidade caiçara e de pertencimento e pode ser considerada como base importante para o desenvolvimento do turismo comunitário.

O outro foi o Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social/Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS/ELAPIS), realizado em outubro de 2017, na UFF (Universidade Federal Fluminense), que contou com a participação de vários membros do Fórum de Comunidades Tradicionais e Angra, Paraty e Ubatuba (FCT). Nesse encontro foi possível perceber os esforços dos comunitários em estarem presentes em espaços como esse, de interação com as esferas da pesquisa e dos servidores ambientais que também compunham o encontro, e também da organização do evento em garantir a participação dos povos e comunidades tradicionais.

#### **4.5 Tecendo percepções**

A comunidade da Praia do Sono enfrenta uma série de desafios com a atividade turística. Apesar de não haver uma única visão de futuro e gestão turística para a Praia, os desafios são comumente identificados.

Os principais problemas relacionados às atividades turísticas levantados no âmbito deste trabalho são: o saneamento básico, entendendo-se a importância de se manter a qualidade da água para abastecimento da comunidade, para banho recreativo e para a saúde ecossistêmica como um todo; o lixo, uma vez que depende de ser retirado por via marítima; as condições de acesso à praia; e as fortes diferenças da sazonalidade turística, constituindo momentos de ápice turístico na praia como no ano novo e momentos de muito pouco movimento turístico.

As dificuldades de acesso se encontram nas duas vias utilizadas. Por via marítima, a partir do cais dentro do Condomínio Laranjeiras, as questões são relativas às restrições por parte do condomínio, principalmente, mas são também influenciadas pelas condições climáticas. O acesso por terra também é condicionado pelos aspectos físicos da trilha em decorrência do clima.

Em um patamar para além do desenvolvimento turístico, estão as ameaças ao território e aos direitos caiçaras e das populações tradicionais em geral. Nesse contexto inserem-se também as dificuldades judiciais de acesso impostas pelo condomínio de luxo.

Com tantas questões práticas e problemas de tantos níveis para resolver, entende-se a dificuldade que eles tenham para se organizar coletivamente e pensar o turismo comunitário e se articular nas lutas. No entanto, o que observo é uma grande força da comunidade nas discussões relativas ao território e aos direitos caiçaras bem como na efetivação de parcerias e políticas públicas para melhorar a qualidade comunitária. A comunidade tem caminhado no sentido da consolidação de um turismo de base comunitária na Praia do Sono.

Acredito que isso se deva muito ao fato de estarem articulados e trabalhando em rede, através do Fórum de Comunidades Tradicionais. O Fórum é um exemplo do trabalho de tradução entre grupos não hegemônicos. A transformação social que podem ocorrer dependem de que as constelações de sentido criadas pelo trabalho de tradução se transformem em práticas transformadoras. (SANTOS, 2002, p.274).

Dessa forma, a articulação entre esses povos consiste em uma construção coletiva anti-hegemônica.

O potencial anti-sistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objectivos. Para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis. (SANTOS, 2002, p.265)

Prova disso foi a participação de representações da comunidade nos dois eventos acadêmicos citados aqui dos quais participei ao longo do período (foram eles o SAPIS/ELAPIS na UFF em 2017 e o fórum do Raízes e Frutos em 2018 na UFRJ).

Durante o encontro do projeto Raízes e Frutos, algumas atividades tradicionais foram apresentados pelas lideranças caiçaras que estavam presentes. Uma delas foi relativa à prática tradicionais caiçara de manejo do sapê (*Imperata brasilienses*) utilizada para cobertura de telhados, e que utiliza o fogo, através da queimada controlada. A técnica que já foi proibida pelas leis ambientais hoje é garantida às populações tradicionais do estado. Salientaram ainda a importância da educação diferenciada e das atividades de permacultura.

Tive a oportunidade de fazer uma pergunta para a discussão coletiva, a respeito do limite de visitação na praia, como existe em outras comunidades caiçaras, como na Praia do Aventureiro na Ilha Grande. A resposta que obtive foi mais ou menos esta: O problema não é o turista, mas o tipo do turista. Bem como nos disse o Seu Maneco, em Martim de Sá, quando da nossa visita à comunidade. No entanto, salientou Jadson, a ideia de “turista de qualidade” reflete a lógica do turista com dinheiro, “que não é o que queremos”. O que eles desejam é o turista que respeita, tanto a comunidade quanto a natureza. Esse seria, em geral, o perfil do ecoturista.

Jadson reclama da ação de agências de turismo de Paraty, que praticam um turismo diferente do desejado, levando as pessoas à praia com um agente externo para contar a história local, em vez de valorizarem os próprios comunitários para fazer essa atividade. Traz na sua fala também a imagem do Festival de Inverno como estratégia para o fortalecimento comunitário.

#### **4.6 Sonhar para realizar: Ecoturismo na Praia do Sono**

Meu trabalho desde o início se preocupou em não levar recomendações feitas de fora para dentro, a fim de não cair na arrogância intelectual de levar uma solução para os comunitários. Mas durante a pesquisa fui percebendo cada vez mais o protagonismo caiçara. Até chegar o momento em que percebi que havia mesmo muito pouco que eu pudesse dizer para eles, no sentido de diagnósticos e recomendações, uma vez que eles próprios já constroem isso na prática.

Como indicado aqui ao longo do caminho desta pesquisa, o ecoturismo já acontece na Praia do Sono, mas representa ainda solo fértil para que a atividade cresça em potencialidade. Não em grandeza. Crescer em potencialidade significa desenvolver seu propósito potencial em busca da consciência ecológica e do sustento da comunidade ao longo do ano e da sustentabilidade a longo prazo.

Nesse sentido, com base nas observações nas vivências de campo, nas entrevistas realizadas e do cruzamento com a literatura, indico aqui apenas algumas propostas possíveis sobre as atividades turísticas na comunidade. Não vou chamar de produto turístico, mas de experiências turísticas que existem e podem frutificar na Praia do Sono.

As atividades do turismo comunitário, de acordo com a Política Estadual de Turismo Comunitário (RIO DE JANEIRO; 2018), deverão se basear nos preceitos de sustentabilidade, economia solidária, de promoção da cultura e tradições locais e promoção da agroecologia.

As atividades ecoturísticas na Praia do Sono podem se dar também com um grupo de turistas voluntários para trabalhar nas demandas comunitárias. Nesse caso, os turistas exercem o papel de rede de apoio da comunidade. Esse processo pode ser fomentado pelo IPECA, através da realização de mutirões, cursos de bioconstrução, de fossas e telhados ecológicos. Além disso, o TBC é marcado por singularidades em cada comunidade, como por exemplo no Sono, onde há pessoas que querem conhecer a fossa ecológica. Assim, pensando no contexto da REJ, é interessante entender o Instituto de Permacultura Caiçara, o IPECA, como pólo de educação ambiental e de TBC na reserva.

Dessa forma é possível realizar atividades que integrem a memória caiçara e as práticas sustentáveis junto aos visitantes como a visita ao sistema de evapotranspiração com as bananeiras e uma conversa sobre saneamento

ambiental, e atividades de memória e cultura caiçara como: mutirão de bioconstrução ou de telhado de sapê; a realização de Cine-Caiçara e Rodas de conversas. Apresentar, aos turistas, produções artesanais locais caiçaras, como os bordados do Sono, as redes de pesca, ou os balaios de palha, é um caminho a fim de promover a economia solidária na comunidade.

Sugere-se que seria possível dinamizar a economia local e aumentar a conscientização ambiental através de placas pintadas pela própria comunidade. Poderiam ser placas indicativas, ex: Poço do Jacaré, e também placas educacionais, ex: “Leve seu lixo de volta, o barco só passa terça-feira”. No entanto, para dinamizar a economia com a realização das placas, seria necessário que se conseguisse o subsídio através de política pública ou do fundo ambiental da reserva.

O fomento da realização de trilhas com guias locais para lugares como a cachoeira do Saco Bravo ou para as praias vizinhas, de Antigos e Antiguinhos. Além do passeio de barco a outras praias e comunidades.

Apóio-me ainda em algumas recomendações e garantias legais. A Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) (BRASIL, 2007) traz como um de seus princípios a segurança alimentar e nutricional, respeitando os modos de vida e as tradições da população, enfatizando o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade étnica.

Dessa forma, entende-se aqui, que o incentivo e subsídios para agricultura familiar na comunidade da Praia do Sono deveria ser mais fomentado como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade como promoção da melhoria da qualidade de vida nas gerações atuais e garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras, como traz o artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Além disso, a produção interna de alimentos na praia levaria a uma demanda menor de consumo externo, reduzindo os problemas com os resíduos sólidos que são “importados” de fora da praia. Deve-se incentivar que os turistas levem a menor quantidade de lixo descartável possível para a comunidade e, se possível, que levem os resíduos gerados embora para descartá-los adequadamente fora da comunidade.

Além disso, a PNPCT visa garantir o acesso aos serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características sócio-culturais, com ênfase nas

concepções e práticas da medicina tradicional, o que não se verifica no caso da Praia do Sono, que não possui nem um Posto de Saúde na localidade ou outra estrutura de saúde e cuidado. Os caiçaras, no entanto, possuem grande conhecimento das plantas medicinais e as utilizam em seu cotidiano, dessa forma indica-se que poderia ser interessante alguma iniciativa de uma horta medicinal comunitária.

## 5. Conclusão

Segundo o objetivo deste trabalho, pretendo aqui colaborar para a construção de conhecimentos sobre a Praia do Sono a respeito da organização comunitária caiçara e das atividades turísticas no local.

Existe um histórico de tensão na área da Costa Verde, no litoral do Rio de Janeiro, onde se encontra a cidade de Paraty e a Praia do Sono. São conflitos entre interesses das populações tradicionais, do poder público, incluindo-se as áreas protegidas, dos próprios turistas e do setor privado.

Hoje, o turismo é uma realidade na Praia do Sono e uma grande fonte de renda para a população local. Dentro de um cenário difícil para as populações tradicionais que habitam em UCs, com relação às restrições de conservação que, muitas vezes, contribuem para o abandono parcial das atividades tradicionais, o turismo figura como uma alternativa viável para o sustento das comunidades e caminha de acordo com a função social das áreas protegidas.

No entanto, a atividade turística também acarreta questões difíceis para os caiçaras que tem que gerir grandes fluxos de visitantes em um contexto de recursos limitados. Além disso, os moradores enfrentam dificuldades impostas pelo luxuoso condomínio vizinho com relação ao acesso à praia, ao transporte de produtos e turistas.

Para que esses objetivos de desenvolvimento a partir das atividades turísticas sejam devidamente atendidos, é preciso caracterizar que tipo de turismo é o desejado. Por isso, é importante que se atente para o desenvolvimento de um turismo que integre a promoção da qualidade de vida da população com o funcionamento saudável dos ecossistemas em que estão inseridas.

O fortalecimento do ecoturismo na comunidade da Praia do Sono é um caminho importante na garantia dos direitos da população local e da conservação ambiental, desde que seja trabalhado com protagonismo da comunidade e de acordo com as diretrizes do turismo de base comunitária. Assim, valoriza-se a cultura local fortalecendo a soberania da população sobre seu território. Dessa forma, podemos entender o Ecoturismo como uma forma de resistência frente ao avanço do capital e de manutenção dos ecossistemas e das populações locais.

Não existe uma visão unitária acerca do futuro e da gestão turística para a Praia do Sono, no entanto os desafios e potenciais da comunidade são elementos de comum acordo entre os moradores.

A organização comunitária exerce papel fundamental nesse sentido. A associação de moradores cumpre um papel importante enquanto representação frente aos conflitos e outras iniciativas para atender as demandas da comunidade.

Além disso, a organização coletiva através do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba merece também destaque nesse aspecto. A articulação entre povos e comunidades tradicionais é muito importante, pois cria uma rede de apoio no território. Além disso, viabiliza uma rica experiência de compartilhamento de conhecimentos entre comunidades.

Nota-se uma atuação consistente da comunidade nas discussões acerca da garantia de seus direitos, bem como na efetivação de parcerias junto ao poder público e à sociedade civil para a realização de medidas que contribuam para a qualidade socioambiental local. Também para enfrentar os principais problemas estruturais e relacionados ao desenvolvimento turístico, como é o caso do saneamento e da sazonalidade. No caso da Praia do Sono, destaco o projeto de saneamento ecológico através do círculo de bananeiras e a iniciativa do Festival de Inverno.

A pesquisa tem também como objetivo analisar elementos da cultura caiçara o do ecoturismo na Praia do Sono sob a ótica da sociologia das emergências (SANTOS, 2002).

Resgato aqui as ecologias emergentes que desconstruem a racionalidade hegemônica, fazendo uma relação com o caso estudado, são elas: a ecologia de saberes, onde os conhecimentos tradicionais devem ser reconhecidos e valorizados; a ecologia das temporalidades, que dilata o presente fazendo com que diversas realidades coexistam como contemporâneas, dessa forma as práticas caiçaras são entendidas enquanto contemporâneas à vida urbana; a ecologia das trans-escalas, valoriza as iniciativas locais e não globalizadas, o turismo de base comunitária é um grande exemplo disso, onde se constrói a partir do território e das particularidades locais; a ecologia da produtividade, através de modos não capitalistas, como cooperativas e outros sistemas alternativos de produção, mais uma vez a atividade ecoturística bem como a de base comunitária não se configuram como uma

atividade produtivista, se apóiam em bases de sustentabilidade socioambiental ; e a ecologia dos reconhecimentos, que confronta diretamente a colonialidade e as diferenças sociais hierarquizadas, aqui, mais uma vez o potencial do ecoturismo de base comunitária é evidente.

A partir da necessidade de uma ecologia de saberes (SANTOS, 2002), em que os conhecimentos tradicionais devem ser reconhecidos e valorizados, a realização de atividades com a participação dos turistas que tenham enfoques culturais e de manejo ambiental são estratégias que fortalecem a identidade caiçara.

A criação da rede de TBC do Fórum de Comunidades Tradicionais é um exemplo de organização descentralizada, que objetiva a troca de experiências entre as comunidades participantes e a construção de roteiros colaborativos. É um exemplo de um saber que emerge da coletividade e a partir da ecologia das trans-escalas,

O ecoturismo de base comunitária se encaixa em uma concepção não produtivista, atuando pelo propósito de valorização social e da consciência ambiental, não sendo baseado apenas no consumo de um produto turístico.

O encontro entre caiçaras e turistas pode suscitar o compartilhar de conhecimentos e o transformar de olhares, contribuindo para a formação da consciência ambiental. No entanto, alguns caiçaras revelaram um descontentamento com certos comportamentos dos visitantes. É importante para os moradores que o turista respeite tanto os valores da comunidade quanto a natureza. Esse ideal de turista se encaixa, em geral, no perfil do ecoturista.

A partir da ecologia das temporalidades (SANTOS, 2002), o caiçara é percebido em uma relação de contemporaneidade com o urbano, facilitando o processo de aprendizado com a experiência ecoturística. A compreensão do tempo para além da forma linear de progresso possibilita que outras percepções de tempo apareçam. A vida caiçara possui um olhar temporal mais cíclico, intimamente ligado ao conhecimento da natureza.

Neste contexto, concluímos que o ecoturismo pode ser uma forma de se valorizar a cultura caiçara e os modos de vida tradicionais; de denunciar os conflitos e fortalecer as comunidades; além de uma possibilidade de manter viva a lógica do cuidado, podendo ser um elemento estopim para a mudança de percepção

ambiental da parcela urbana que frequenta a praia, contribuindo para o fortalecimento de outra narrativa de mundo.

Durante a pesquisa fui percebendo cada vez mais forte o protagonismo caiçara. Até chegar o momento em que percebi que havia muito pouco que eu pudesse dizer para eles, no sentido de diagnósticos e recomendações, uma vez que eles próprios já constroem isso na prática. Reconhecer o protagonismo dessas pessoas significa reconhecer o papel da sociologia das ausências e das emergências.

Os caiçaras da Praia do Sono já protagonizam uma série de iniciativas para aumentar a qualidade de vida e para o desenvolvimento do turismo na praia, na forma do ecoturismo de base comunitária. Além de comporem frentes de luta pelos direitos a seu território e modo de vida.

Em linhas gerais, concluo aqui que minha pesquisa pode servir como forma de auxiliar na tradução (SANTOS, 2002) entre a cultura caiçara e a academia/ciência ocidental. No entanto, ressalto que, esse mesmo trabalho de tradução já é realizado pela própria comunidade que tem atuado no diálogo com as parcelas urbanas, o poder público, as instituições de pesquisa e entre outros grupos de populações tradicionais.



Canoa caiçara na praia. Acervo pessoal (2012)

*O povo que planta e pesca,  
Canta, dança, faz festa, no seu pedaço de chão  
Abastece a sua mesa,  
Agradece a natureza em qualquer religião.  
Seu lugar seu oratório,  
Tirar o seu território é calar a tradição.”  
Luis Perequê*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista De Antropologia**, SÃO PAULO, USP, V. 43 nº 1, 2000.

ADAMS, Cristina. Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental. In: Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Palestras Convidadas do IV Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. Ulysses de Albuquerque (org.), Recife: Sociedade brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. P. 27-43, 2002.

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. Trad. Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Lei Nº 7.884, DE 02 DE MARÇO DE 2018. Institui a Política Estadual de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro e dáoutras providencias. Rio de Janeiro, mar 2018.

BALLABIO, Sati Albuquerque. **VIAGEM AO SONO: Relações de tradicionalidade e consumo na Praia do Sono** - Parati/RJ – Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BARDIN, Laurence . **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 1977

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. P. 42-62

BOTELHO, Eloise Silveira; RODRIGUES, Camila Gonçalves. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 280-295, ago. 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**, 1999. São Paulo: Brasiliense.

BRANDÃO, C. R. Comunidades aprendentes. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (Org.) **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. v. 1. Brasília: MMA: Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 85-91

BRASIL. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981.

BRASIL, LEI 9.985/2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Brasília, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. DECRETO Nº 8.750, DE 9 DE MAIO DE 2016, Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2016a.

BRASIL. Decreto n. 8.775, de 11 de maio de 2016, Dispõe sobre a Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, localizada no Município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, 2016b.

BRASIL. DECRETO Nº 5.758, DE 13 DE ABRIL DE 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais –PNPCT. Brasília, fev 2007.

BRASIL. Decreto n. 89.242, de dezembro de 1983, Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Brasília, dez 1983.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Diretoria de Avaliação. Documento de Área: Ciências Ambientais. 2016c

BRASIL. Ministério do Turismo. Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRITO, Mariana Reis, VALLE, Luci de Senna. Plantas medicinais utilizadas na comunidade caiçara da Praia do Sono, Paraty, Rio de Janeiro, Brasil Acta Botanica Brasílica 25(2): 363-372. 2011

BURSZTYN, Ivan; LIMA, Robson Pereira; CATRAMBY, Teresa; BOTELHO, Eloise; SPAMPINATO, Elisa. **De quem se protege o paraíso? Um estudo de caso sobre o desenvolvimento do turismo e conflitos na comunidade da Praia do Sono – Paraty (RJ)**. IV Encontro Nacional da ANPPAS, junho de 2008, Brasília - DF – Brasil

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: **Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6, p. 179-191, jul - dez, 2013. <Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf> >

CAMARGO, César Pardo. **Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ (Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martim de Sá)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UNICAMP, Campinas, SP : [s.n.], 2013.

CAPRA, Fritjof. Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade. *In* STONE, M.K.; BARLOW, Z. (orgs.). **Alfabetização Ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006 (p. 46-57).

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.

CAVALIERI, Lucia. **A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga**. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2003

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do Projeto de Pesquisa. *In*:\_\_\_ **Pesquisa Social : teoria, método e criatividade**. (Org.)Maria Cecilia de Souza Minayo. 34 ed.Petropolis, RJ, Vozes, 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 3a. ed. São Paulo: HUCITEC, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GERHARDT, Cleyton. A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas. **Estud. Soc.agric**, Rio de janeiro, vol 15 n2, 2007

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio), Plano De Manejo Da Área De Proteção Ambiental De Cairucu.Paraty/ Rj Maio/2018. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano\\_de\\_manejo\\_apa\\_cairucu\\_maio\\_2018.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/plano_de_manejo_apa_cairucu_maio_2018.pdf)

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais, Princípios e Diretrizes, 2018. Disponível em : [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo\\_de\\_base\\_comunitaria\\_em\\_uc\\_2017.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf)

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A função social do ecoturismo. In: **Boletim Técnico do Senac**. Volume 30, nº1. jan./abr. p. 39-45. 2004.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Editora da FURB. (Tradução de Jorge Esteves da Silva), Blumenau, 2000,

LEFF, Enrique. **Racionalidad Ambiental: La reapropiación social de lanaturaleza**. Sigloxxi editores, s.a. de c.v, 2004

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**, trad. Sandra Venezuela; rev. tec. Paulo Freire Vieira – São Paulo, Cortez, 2001

LIMA, Robson Pereira; AYRES, Andreia Ribeiro; BARTHOLO JR., Roberto. **Turismo de Base Comunitária sob a perspectiva dos Sítios Simbólicos de Pertencimento: O caso da Praia do Sono**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 11, 2009, Curitiba. Anais. Curitiba: OBSTUR/UFPR: UNIVERSIDADE POSITIVO, 2009.

LÖWY, Michael, **CRISE ECOLÓGICA, CRISE CAPITALISTA, CRISE DE CIVILIZAÇÃO: a alternativa ecossocialista**, **Caderno CRH** [online], Salvador, 2013, vol.26, n.67, p. 79-86.

LTDS - Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. Relatório técnico-científico -Utilização de indicadores de sustentabilidade na análise de destinos turísticos.UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RJ, Janeiro de 2009.

MENDONÇA, T.C.M.; Santos, R.O.; Lopes, P.C.B.; Andrade, S.R.; Moraes, A.P.V. Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas e indígenas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.10, n.2, mai/jul 2017, pp.328-356.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social : teoria, método e criatividade**. (Org.) Minayo. 34 ed.Petropolis, RJ, Vozes, 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE Portaria nº 533, de 24 de maio de 2018, Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 02070.012796/2016-11). Brasília, mai 2018.

MONGE, R.P.M. **“Nascido e criado”**: a ocupação tradicional da Família dos Remédios, uma comunidade “caçara” – Península da Juatinga, município de Paraty/RJ. Niterói, 2012. 176f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MONGE, Ricardo Papu Martins; LOBÃO, Ronaldo<sup>3</sup>; DI MAIO, Angelica Carvalho. **Recategorização Da Reserva Ecológica Da Juatinga: suas diferentes territorialidades**. Artigo apresentado durante o VI Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (VI SAPIS) - Áreas Protegidas e Inclusão Social: tendências e perspectivas / Bernardo Gontijo, José Antônio Souza de Deus, Marta de Azevedo Irving; Hilton Pereira da Silva & Rodrigo Medeiros (editores). Belo Horizonte, volume 6 , numero 1, 2013.

NEIMAN, Zysman.; MENDONÇA, Rita. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Revista Turismo em Análise**, v. 11, n. 2, p. 98-110, 15 nov. 2000.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C.R (Org). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 17 - 33.

OLIVEIRA, Alexandra Campos. Turismo e população dos destinos turísticos um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade - Paraty/RJ. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Volume 3, Número 1, 2005 (pg 149-170) <Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Livro%20TBC.pdf>>

PIRES, Paulo dos Santos. A dimensão conceitual do Ecoturismo. Turismo - **Visão e Ação**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 75-92, jun. 1998. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1392>

RIO DE JANEIRO (Esatado) LEI Estadual N1859 DE 1º DE OUTUBRO DE 1991. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A RESERVA ECOLÓGICA DA JUATINGA, NO MUNICÍPIO DE PARATI. Rio de Janeiro, out 1991.

RIO DE JANEIRO (Esatado) Decreto Estadual n17.981 DE 30 DE OUTUBRO DE 1992, Cria a Reserva Ecológica de Juatinga, no Município de Parati, e dá outras providências. Rio de Janeiro, out 1992.

RODRIGUES, C. G. O.; GODOY, L. R. C. Atuação pública e privada na gestão de unidades de conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de

apoio à visitação em parques nacionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v.28, p.75 - 88, 2013.

SANTIAGO, Elton John da Silva. Conflito, organização e luta por direitos na Comunidade Caiçara da Praia do Sono - Parati/RJ. 2016. (Santiago PPGA/UFF). II Seminário Pontos, Linhas e Nós: Etnografia, Artes e Cidades, 2016.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Revista crítica de Ciências Sociais**, nº 63, 2002. Disponível em:[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia\\_das\\_ausencias\\_RCCS63.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF)

SOARES, Tainá Miê. **É tudo da roça! História Ambiental dos caiçaras da Península da Juatinga**. ProExt Cultura Edital 2015 MEC. Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, Vanessa Marcondes de, LOUREIRO, Carlos Frederico B. **A educação formal enquanto estratégia de luta dos povos caiçaras da Península da Juatinga, Paraty – RJ**. Artigo apresentado no VIII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental Rio de Janeiro, 19 a 22 de Julho de 2015

SOUZA, Vanessa Marcondes de. **“Educação para permanecer no território”: a luta dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga frente à expansão do capital em Paraty-Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2017.

STEFFEN, Will; BROADGATE, Wendy; DEUTSCH, Lisa; GAFFNEY, Owen; LUDWIG, Cornelia. The trajectory of the Anthropocene: The Great Acceleration . **The Anthropocene Review**, Vol 2, Issue 1, pp. 81 – 98 First published date: January-16-2015

YAMASAKI, Alice Akemi; SOUZA, Vanessa Marcondes de; MONGE, Ricardo “Papu” Martins. Paulo Freire e a cultura caiçara: a amorosidade no “cerco de saberes”, **Revista UNIFREIRE**, edição 2, 2014.

ZAUÍ, André Scarambone. A conservação de áreas naturais e o Ecoturismo. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.2, maio/jul 2014, pp.290-321.

## **ANEXO:**

### **CARTA DE PRINCÍPIOS DA REDE NHANDEREKO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC) Construção Coletiva**

Esta proposta de carta de princípios é resultado do diálogo entre iniciativas de turismo de base comunitária articuladas pelo Fórum de Comunidades Tradicionais - caiçaras, indígenas e quilombolas de Angra, Paraty e Ubatuba.

Seu objetivo é subsidiar as discussões sobre os objetivos e estratégias de ação da Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária com vistas a definição de acordos para seu funcionamento.

#### **Quem somos**

Somos Povos indígenas e comunidades tradicionais caiçaras e quilombolas protagonistas de uma forma de turismo que busca não interferir em nosso modo de vida.

Formamos uma rede de empreendimentos turísticos geridos por indivíduos, famílias e coletivos organizados nas comunidades ligadas ao Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba.

Reunimos 12 comunidades fundadoras e outras comunidades interessadas em participar da rede no futuro conforme regras e critérios a serem estabelecidos.

#### **Valores**

Os valores organizacionais podem ser definidos como princípios que guiam a vida de uma organização, tendo um papel tanto de atender seus objetivos quanto de atender às necessidades de todos aqueles a sua volta. São princípios essenciais aceitos por todos os membros da rede Nhandereko:

- Reconhecimento de sua origem vinculada ao Fórum de Comunidades Tradicionais e defesa de seus valores, ações políticas e lutas: a preservação e garantia do território, valorização dos saberes locais, agroecologia, educação diferenciada.

- Protagonismo das comunidades tradicionais

- Resgate, valorização e promoção da conservação dinâmica das práticas e manifestações culturais tradicionais que integram o patrimônio cultural imaterial das comunidades. Denominadas no âmbito da rede, tomando emprestado da sabedoria guarani, como “Nhandereko – o nosso modo de ser”

- Conservação e o uso sustentável dos recursos naturais

- Acolhimento diferencial e a promoção da mística em todas as atividades como estratégia para o encantamento de nossos interlocutores

- Promoção de contatos culturais autênticos e vivências que permitam aos turistas dar valor e importância as contribuições das comunidades à sociedade e a natureza.

- Utilização o turismo como instrumento para o fortalecimento comunitário e associativo, viabilizando a permanência das comunidades em seus territórios, a geração de trabalho e renda e a inclusão crescente de comunitários.

- Valorização das organizações, lideranças, griôs, empreendimentos e iniciativas locais e estímulo da participação, equidade e solidariedade.

- Valorização da agricultura tradicional, a agroecologia e as iniciativas locais da economia popular.
- Estabelecimento de acordos baseados na distribuição equilibrada de custos entre produtos, serviços e roteiros, bem como na divisão do trabalho e na formação de preços justos.
- Visibilização das contribuições de jovens, mulheres e griôs e buscar equidade de gênero em todas as atividades.
- Autogestão, autonomia e respeito aos acordos.
- Trabalho com o povo, estruturando sua ação de forma a acompanhar as comunidades, desenvolvendo capacidades para o desenvolvimento autônomo.

### **Objetivos da Rede**

1. Fortalecer iniciativas de turismo de base comunitária ligadas ao FCT, qualificar seus produtos, ampliar sua visibilidade e comercialização.
2. Ampliar a renda gerada por iniciativas turísticas que valorizem a cultura e a tradição e proporcionem contato do visitante com o “nosso modo de vida”.
3. Apoiar a estruturação de produtos e serviços turísticos com base nos “modos de vida” das comunidades e na afirmação da identidade e valorização dos elementos culturais que a compõe.
4. Melhorar a comercialização de produtos e serviços dos membros da Rede.
5. Promover a formação de lideranças e empreendimentos, a autonomia, a autogestão e o protagonismo de comunitários bem como o intercâmbio entre gerações e a partilha de saberes. Valorizar o conhecimento empírico, a troca de saberes e fazeres tradicionais.
6. Promover a comunicação e incubar o lançamento de novos produtos.
7. Impulsionar a valorização das manifestações e produções culturais, a gastronomia, demais saberes e fazeres associados ao conhecimento da biodiversidade como produtos a serem vivenciados.
8. Ampliar o conhecimento sobre potencial do TBC para a economia das comunidades, trazendo luzes sobre a seus impactos.
9. Promover a qualificação de empreendimentos e a estruturação de cadeias de valor focadas no desenvolvimento das comunidades em que todos os elos da cadeia contribuem para tal desenvolvimento.

### **Estratégias de governança**

O regimento interno da Rede deverá definir em detalhes os deveres e direitos de seus membros

### **Direitos**

Participar dos benefícios proporcionados pela rede

Comercializar por meio da rede

Aceitar acordos de participação e critérios de sustentabilidade (cultural, social, econômico, ambiental)

### **Deveres**

Respeitar acordos, critérios de participação e o regimento interno da Rede

Praticar preços próprios compatíveis com preços da rede  
Implementar acordos e promover a ampliação de sua adoção

### **Organograma**

Assembléia geral para grandes decisões coletivas e planejamento estratégico

### **Coordenação da rede**

Acompanhar empreendimentos e comunidades participantes

Gerir administrativa e financeiramente

Mobilização de recursos

Realizar reuniões mensais da coordenação

### **Agentes locais de TBC**

Agentes locais de promoção do TBC, legitimados localmente.  
Representantes comunitários e articuladores locais.

### **Empreendimentos**

Identificar empreendimentos com gestão familiar ou coletiva comunitária com impactos positivos sobre a comunidade

Definir critérios

### **Gestão participativa do TBC na comunidade**

A comunidade é proprietária, gestora e empreendedora dos empreendimentos turísticos. A governança da rede deve garantir que a atividade de TBC seja discutida e apropriada pelo maior número possível de comunitários.

Governança Comunitária

- realizar assembleias gerais anuais

- promover o trabalho da equipe técnica e agentes locais de TBC

- fortalecer instâncias comunitárias de discussão sobre impactos do turismo

### **Central de comercialização de produtos e serviços de TBC**

Busca qualificar a comunicação sobre produtos e serviços de TBC das comunidades e ampliar a comercialização, oferecendo serviço de apoio ao turista custeado pelas comunidades associadas. De acordo com seu modelo de negócios e regimento interno da rede.